

CONFERÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO SOBRE ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

DOCUMENTO BASE

Brasília-DF, 01 de Setembro de 2015

Organização:



Parceria:



Apoio:



LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural;
CAR – Cadastro Ambiental Rural;
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros;
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia;
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
LOA – Lei Orçamentária Anual;
MPF – Ministério Público Federal;
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
ONG – Organização Não Governamental;
ONU – Organização das Nações Unidas;
PA – Projeto de Assentamento Federal;
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
PAC – Projeto de Assentamento Conjunto;
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido;
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista;
PAF – Projeto de Assentamento Florestal;
PAM – Projeto de Assentamento Municipal;
PAQ – Projeto de Assentamento Quilombola;
PAR – Projeto de Assentamento Rápido;
PAV – Programa Assentamentos Verdes;
PCA – Projeto de Assentamento Casulo;
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável;
PE – Projeto de Assentamento Estadual;
PIC – Projeto Integrado de Colonização;
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural;
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária;
PPA – Planos Plurianuais;
PPCADI – Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia;
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
SAF – Sistema Agroflorestais;
SIPRA – Sistemas de Informações de Projetos de Reforma Agrária;
SR – Superintendência Regional.

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	4
2. A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA.....	5
3. O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS E O PAPEL DOS FÓRUNS DE CONTROLE SOCIAL.....	10
A tentativa de criminalização dos assentamentos como os “vilões” do desmatamento na Amazônia	10
A criação do Programa Assentamentos Verdes – PAV e o controle social	13
O histórico dos Fóruns de Controle Social	14
As Conferências dos Movimentos Sociais do Campo como Espaços de Debate e Formulação de Propostas para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira	15
4. O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL ATUAL E PROJEÇÃO DE FUTURO PARA OS ASSENTAMENTOS DA AMAZÔNIA	18
Cenário Atual	20
Cenário Futuro de Prosperidade.....	21
Cenário Futuro de Degradação Socioeconômica e Ambiental	22
5. PROPOSTAS DE AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS ASSENTAMENTOS DA AMAZÔNIA	24

1. MENSAGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A implementação da reforma agrária na Amazônia tem sido um grande desafio para os movimentos sociais do campo. Apesar da dimensão continental da Amazônia, com mais de 5 milhões de Km² e a abundância de recursos naturais da região, a desordem fundiária e ambiental, bem como a falta de políticas de reforma agrária, consistentes, tem levado a região à um cenário de grilagem e concentração de terras, de conflitos pela apropriação dos recursos florestais, minerais e da biodiversidade e pela lamentável constatação de que, entre 2013 e 2014, 63% dos assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que aconteceram no Brasil ocorreram na Amazônia, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

No cenário econômico, o Brasil enfrenta uma forte crise internacional e no cenário político, tanto o congresso nacional como os governos federal e estaduais apresentam a maioria de parlamentares e governantes bastante conservadores e com pouca afinidade com a agricultura familiar e as populações rurais tradicionais da Amazônia. Essa combinação de fatores impõe aos movimentos sociais do campo, a necessidade de grandes mobilizações, construção de propostas qualificadas e o exercício da “pressão social” para se fazerem ouvir e conquistarem políticas que contemplem o fortalecimento da produção familiar rural.

Diante desse quadro, os principais movimentos sociais ligados a reforma agrária na Amazônia representados pela CONTAG suas federações e sindicatos, pelo MST, FETRAF, CNS e assessorados pelo GTA e IPAM resolveram se unir e identificar pautas que integram seus interesses comuns na defesa da agricultura familiar e das populações tradicionais da região amazônica. Nesse sentido, esses movimentos identificaram como elemento central a fragilidade da política de assentamentos de reforma agrária que não dá conta de assegurar as condições sociais, econômicas e ambientais mínimas para os mais de 3.500 assentamentos existentes na Amazônia e decidiram criar “**Fóruns de Controle Social**” para analisar a realidade atual, exercer o controle social e apresentar propostas para subsidiar políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Amazônia.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

A agricultura familiar constitui um segmento rural em que a gestão e o trabalho no estabelecimento são predominantemente desenvolvidos pela família, de modo que ao mesmo tempo em que é uma unidade de produção, também é uma unidade de consumo onde ocorre a reprodução social familiar. O termo engloba um conjunto formado pelas pequenas e médias posses, propriedades, assentamentos de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais – indígenas, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, entre outras.

Com a criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o termo agricultura familiar obteve uma definição operacional e de acordo com Brasil (2009), esta lei contribuiu fornecendo o marco legal à agricultura familiar, o que permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais a partir do Censo Agropecuário realizado no ano de 2006.

Para efeitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006,

“[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Nos últimos anos, a discussão sobre o papel e a importância da agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário mundial¹. De acordo com estudos da FAO/IN CRA (2000), o destaque atribuído a este segmento da agricultura é impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, uma vez que a agricultura familiar possui inquestionável importância na produção de alimentos, geração de emprego e renda, contribuindo para a segurança alimentar da população e para o desenvolvimento rural sustentável.

Especialmente o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que o segmento da agricultura familiar nos estados que compõem a Amazônia Legal representa

¹ Destaque para o ano de 2014, em que a ONU declarou ser o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

87% do número de estabelecimentos dessa região, ocupando apenas 22% da área dos estabelecimentos. Em contraposição, a agricultura não familiar Amazônica representa 13% dos estabelecimentos da região, ocupando, 77% do total de área dos estabelecimentos. Essa informação evidencia a grande concentração de terras que ainda predomina na Amazônia e a importância dos assentamentos no debate sobre reforma agrária na região amazônica.

Apesar de possuir a menor área, a agricultura familiar é responsável pela ocupação de 2.514.082 pessoas nos estabelecimentos agropecuários na Amazônia, representando 82% do pessoal ocupado no meio rural, sendo 1.684.417 (79%) homens e 829.665 (87%) de mulheres. Além disso, tem grande importância na produção de alimentos na região, produzindo 90% do café, 88% da mandioca, 82% da banana, 71% da produção de feijão e 65% do arroz. Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) apontam, também, que a agricultura familiar possui 62% do plantel de suínos, 35% do plantel de aves e 32% dos bovinos e responde por 72% da produção de leite de vaca. A cultura com menor participação da agricultura familiar na Amazônia é a soja (3%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

Os assentados de reforma agrária representam o maior segmento da agricultura familiar na Amazônia e nas últimas décadas, a região amazônica representou a principal fronteira de expansão da reforma agrária no país. De acordo com a base de dados do SIPRA², dos 9.128 assentamentos brasileiros, 3.589 assentamentos estão localizados nos nove estados pertencentes à Amazônia Legal divididos entre os Biomas Amazônia e Cerrado. Dos 2.982 assentamentos que possuem limites georreferenciados na base de dados do INCRA que estão na Amazônia Legal, 2.217 assentamentos estão localizados no Bioma Amazônia (Figura 1). Dessa forma, a região acolhe 39,3% do número de assentamentos brasileiros, ocupando uma área de 41,8 milhões de hectares, representando 81% da área destinada aos assentamentos de reforma agrária no País.

²Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Base de dados do INCRA que armazena informações sobre os assentamentos, acessadas em abril de 2015.

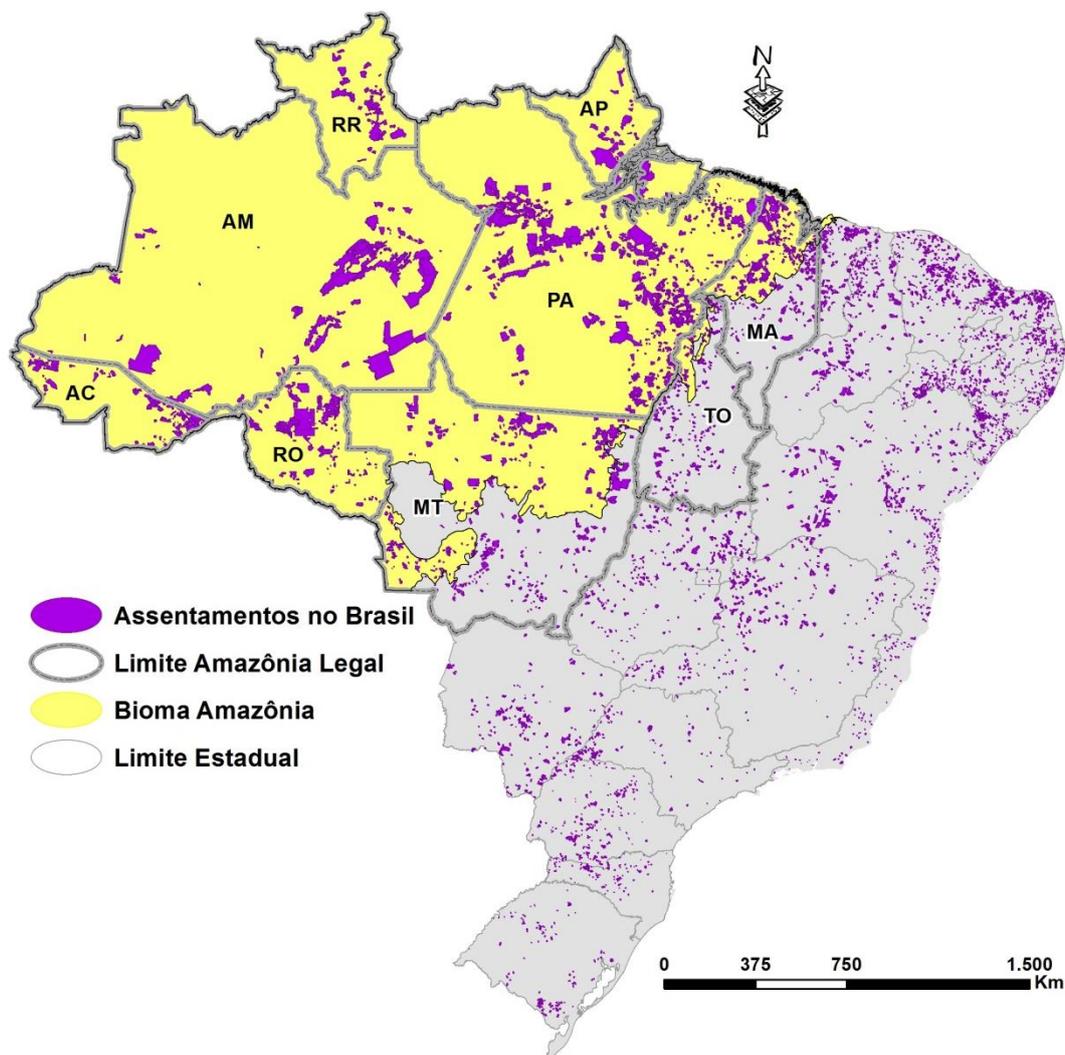


Figura 1. Distribuição dos assentamentos no Brasil, com destaque para os assentamentos do Bioma Amazônia. Fonte: IPAM (2015).

Os projetos de assentamentos são divididos em diferentes modalidades e as que possuem objetivos similares são agrupadas por categorias, dentre as modalidades existentes na Amazônia encontram-se: o PIC (07 projetos), PAD (07 projetos), PAR (03 projetos) e PAC (16 projetos) na categoria de Colonização, PA (1.623 projetos) na categoria de Assentamento Convencional; PAE (381 projetos), PAQ (08 projetos), PDS (98 projetos) e PAF (07 projetos) na categoria de Assentamentos Diferenciados; e PCA (12 projetos), PE (61 projetos) e PAM (01 projeto) fazem parte da categoria de Reconhecimento.

O processo de consolidação dos assentamentos é dividido em sete fases, onde a primeira e a segunda fase antecede a efetiva criação do assentamento, a terceira fase refere-se ao assentamento criado e a sétima

fase é composta pelos assentamentos consolidados³. De acordo com os dados do SIPRA⁴, do total de assentamentos do Bioma Amazônia, 43% estão criados (Fase 3) e apenas 7% consolidados (Fase 7). Dentre os assentamentos consolidados, 28% estão sob a jurisdição da SR de Rondônia, seguidos pela SR de Mato Grosso (16%) e Marabá (14%). Já a SR de Roraima representa 1% do total de assentamentos consolidados, enquanto na SR de Tocantins, no Bioma Amazônia, nenhum assentamento encontra-se consolidado. O passo seguinte a consolidação dos assentamentos é a emancipação, um processo que ainda é polêmico, devido ao risco destas áreas entrarem no mercado de terras e favorecerem a reconcentração de terras. Neste contexto, o desafio é como garantir que estas terras permaneçam com a agricultura familiar mesmo com a emancipação.

Os assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia não significam somente o alocamento de terra para agricultores familiares sem terra, mas também o reconhecimento da ocupação de comunidades e populações tradicionais, além de representar um dos meios de acessar políticas públicas

³**Fase 1 - Pré-Projeto de Assentamento** - Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração; **Fase 2 - Assentamento em Criação** - Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra e aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB), para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do Incra (SIPRA); Banco da Terra/BT (SIBT) e Programa de Combate à Pobreza Rural/PCPR (SICPR); **Fase 3 - Assentamento Criado** - Imóvel já sob o domínio ou posse do Incra na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento; **Fase 4 - Assentamento em Instalação** - Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação; **Fase 5 - Assentamento em Estruturação** - Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias; **Fase 6 - Assentamento em Consolidação** - Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao Pronaf A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf; e, **Fase 7 - Assentamento Consolidado** - Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou estado (núcleos urbanos, etc.).

⁴ Os números referentes as fases estão de acordo com os dados retirados do SIPRA em abril de 2015, entretanto, esta categorização varia entre as SRs pois nem todas as famílias chegam a receber ao mesmo tempo os créditos destinados a instalação e estruturação, o que deixa a critério da SR categorizar a fase do assentamento em cima de um percentual definido de acordo com o contexto e necessidade do assentamento.

que garantem direitos sociais básicos e incentivos a produção de alimentos e a conservação dos recursos florestais no meio rural.

Investir nos assentamentos amazônicos é assegurar aos assentados melhoria na qualidade de vida e a garantia do fornecimento de alimentos em quantidade, qualidade e diversidade para a família produtora e a população local, contribuindo para a segurança alimentar, dinamização da economia rural, melhor distribuição de renda, manutenção das tradições locais de produção e consumo, redução do êxodo rural e fixação do homem no campo, produção de alimentos com menor consumo de energia, insumos químicos e água contribuindo para a recuperação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (sementes crioulas, uso e conservação de espécies nativas, proteção da fauna ameaçada) da Amazônia.

Dessa forma, investir nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia constitui-se, uma importante estratégia de desenvolvimento do meio rural e conservação da natureza da região.

3. O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS E O PAPEL DOS FÓRUNS DE CONTROLE SOCIAL

A tentativa de criminalização dos assentamentos como os “vilões” do desmatamento na Amazônia

O início da década de 2010 foi marcado por um forte processo de criminalização dos assentamentos de reforma agrária como os “vilões do desmatamento” na Amazônia. Diante da drástica redução nas taxas de desmatamento na Amazônia ocorrida no período de 2003 até 2009 (passando de cerca de 20.000 Km²/ano para próximo de 5.000 Km²/ano) e a tendência de estabilização nesse último nível, a grande mídia e alguns setores ambientalistas procuraram um ator social para atribuir a culpa dessa estabilização e os assentamentos de reforma agrária foram os escolhidos. A análise superficial do perfil do desmatamento remanescente, que mostrava o aumento relativo de fragmentos de desmatamentos menores (até 100 hectares), precipitou conclusões imprecisas e esses pequenos desmatamentos remanescentes foram atribuídos aos agricultores familiares e aos assentamentos da região amazônica. Um dos reflexos dessa situação foi a aplicação de sete ações judiciais do Ministério Público Federal - MPF contra o INCRA que, praticamente “travou” a criação de novos assentamentos e a implementação de várias políticas públicas, além do embargo de dezenas de assentamentos que já haviam sido criados agravando a situação das mais de 450 mil famílias que vivem nos assentamentos da Amazônia.

Diante da situação descrita acima, os movimentos sociais, algumas ONGs e os órgãos públicos engajados na luta pela reforma agrária na Amazônia se mobilizaram para estudar e entender melhor a dinâmica do desmatamento nos assentamentos. A partir de análises mais precisas realizadas pelo INCRA e pelo IPAM foi demonstrado que os produtores rurais da Amazônia haviam mudado o seu perfil de desmatamento, substituindo grandes fragmentos de desmatamento (acima de 100 hectares) por desmatamentos menores, misturando a contribuição de grandes, médios e pequenos produtores e, desta forma, atribuindo aos agricultores familiares/assentados a culpa pelo desmatamento remanescente.

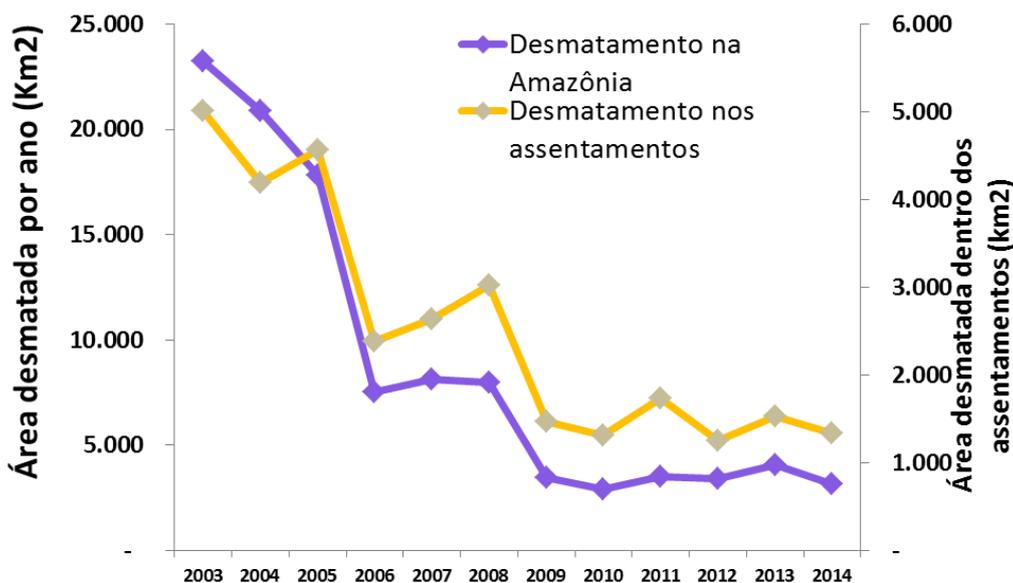


Figura 2. Tendência decrescente do desmatamento nos assentamentos e na região Amazônica como um todo. A área desmatada na Amazônia exclui a área desmatada nos assentamentos. (Fonte: IPAM, 2015).

As Figuras 2 e 3 mostram a tendência do desmatamento na Amazônia entre os anos de 2003 e 2014, onde se percebe que os assentamentos seguem a tendência geral de redução e que contribuem com um desmatamento histórico de 26%, com tendência de estabilização próximo de 30% nos últimos cinco anos. Outro resultado importante é que grande parte das áreas dos assentamentos já tinham passivo de desmatamento quando foram criados (74% para assentamentos criados entre 1997 e 2003; 44% para os criados entre 2004 e 2008 e 34% para os criados entre 2009 e 2014), ou seja, as florestas já haviam sido desmatadas antes da criação dos assentamentos. Os estudos mostraram diferenças no padrão do desmatamento sendo maior nos assentamentos de modalidades convencionais (PA, PAC, PAR, PIC e PAD) e ainda, grande parte do desmatamento nos assentamentos é causada por concentradores de terras e não por legítimos assentados, já que quase 72% da área desmatada dentro dos assentamentos ocorrem em polígonos maiores que 10 ha, o que não representa o padrão de desmatamento das atividades ligadas aos beneficiários de reforma agrária.

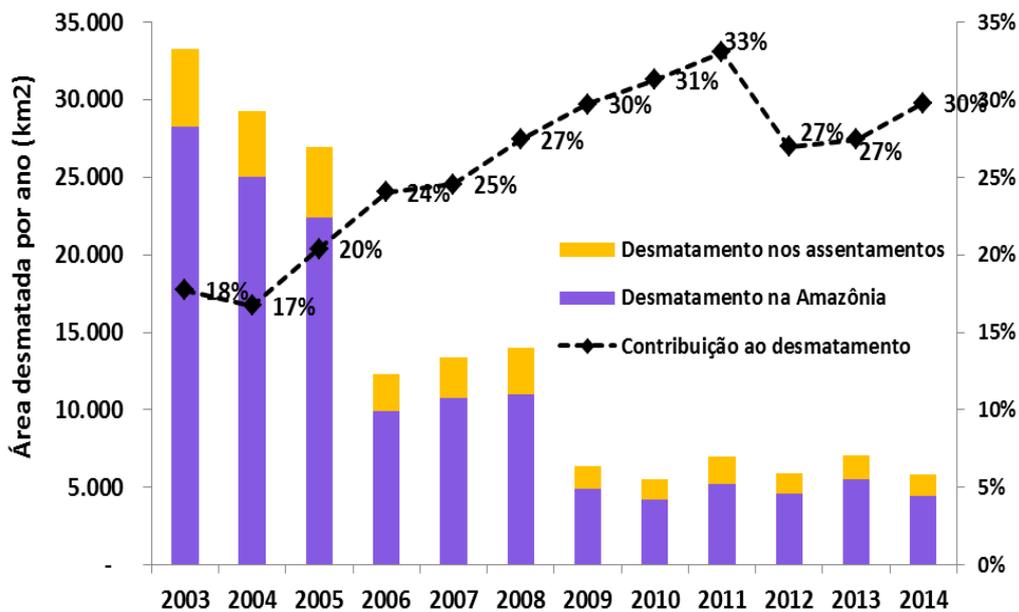


Figura 3. Área anual desmatada de 2003 a 2014 dentro e fora dos assentamentos e contribuição anual (%) dos assentamentos para o desmatamento da Amazônia (Fonte: IPAM, 2015).

Essas informações sobre a extensão e a dinâmica do desmatamento nos assentamentos mostraram outra realidade. Isto é, a de que os assentamentos contribuem com o desmatamento, mas numa proporção bem menor do que se propagava e com tendência de queda nas taxas anuais seguindo o padrão de desmatamento em outras categorias fundiárias. Desde então, o debate sobre assentamentos e desmatamento na Amazônia começou a tomar um novo rumo, trouxe a tona novos elementos e interpretações que desmistificam os discursos inconsistentes da “criminalização” dos assentados de reforma agrária e o reposicionamento da relação entre o INCRA e o MPF levando essas instituições a assinatura de um Termo de Compromisso que suspendeu as ações judiciais, condicionando-as a criação de um Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal nos Assentamentos da Amazônia (PPCADI), que posteriormente foi intitulado popularmente como Programa Assentamentos Verdes (PAV), e a realização de dezenas de ações de combate ao desmatamento ilegal e de apoio ao desenvolvimento sustentável nos assentamentos da Amazônia.

A criação do Programa Assentamentos Verdes – PAV e o controle social

A instituição do Programa Assentamentos Verdes⁵ teve forte influência, em sua origem, de três fatores diferentes. O primeiro foi a pressão dos movimentos sociais, ligados a reforma agrária, motivada pela necessidade de consolidar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Amazônia e, assim, encontrar alternativas ao desmatamento nos assentamentos da região. O segundo fator foi a necessidade de encontrar uma solução para as ações ajuizadas pelo MPF contra o INCRA responsabilizando o órgão pela ocorrência de desmatamentos ilegais nos assentamentos da Amazônia. Finalmente o terceiro fator de influência foi a iniciativa inédita do INCRA de elaborar um plano regional para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento ilegal nos assentamentos sob sua responsabilidade.

Ao perceber a dimensão e complexidade do PAV, os movimentos sociais resolveram apoiar a implantação e implementação do programa e, também, exercer o seu papel no controle social, visualizando-o como um embrião de política pública que poderia ir ao encontro das necessidades dos assentamentos da Amazônia. Porém, se por um lado o movimento social reconheceu a iniciativa inédita do INCRA, por outro, sentiu a fragilidade estrutural da instituição em cumprir as ações e metas previstas no programa. Nesse sentido, o movimento social fez o esforço para incluir uma cláusula de controle social no Termo de Compromisso entre MPF/INCRA e, posteriormente, na portaria que criou os Comitês Gestores do PAV⁶. Outro importante esforço do movimento social foi a construção de uma estratégia de criação de 11 fóruns regionais de controle social nos locais das superintendências do INCRA nos estados da Amazônia Legal, bem como, de uma instância para estabelecer o diálogo entre órgãos governamentais e a sociedade civil na esfera nacional.

⁵Portaria do INCRA nº 716, de 27 de novembro de 2012 que institui o Programa Assentamentos Verdes.

⁶Portaria do INCRA nº 633, de 7 de novembro de 2013 que institui o Comitê Gestor Nacional e os Comitês Gestores Regionais, no âmbito superintendências regionais do Incra na Amazônia Legal.

O histórico dos Fóruns de Controle Social

O processo de implantação dos Fóruns de Controle Social iniciou no segundo trimestre de 2013 com a realização de 11 oficinas de sensibilização com representantes de movimentos sociais da reforma agrária nas cidades de Boa Vista-RR, Macapá-AP, São Luís-MA, Palmas-TO, Cuiabá-MT, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Rio Branco-AC e Marabá, Belém e Santarém no estado do Pará. Nessas oficinas participaram 209 lideranças de assentamentos de reforma agrária e de populações tradicionais da Amazônia que puderam tomar conhecimento do PAV, seus objetivos e propostas de atividades e iniciar, em suas organizações, as primeiras discussões sobre controle social do programa.

Em junho de 2013 foi realizado o “Seminário de Consulta: Apresentação e Contribuição ao Programa Assentamentos Verdes”. O seminário que aconteceu em Brasília-DF, contou com a participação de 70 lideranças dos movimentos sociais de todos os estados da Amazônia Legal e teve como objetivos internalizar junto ao movimento social o debate sobre a dinâmica do desmatamento nos assentamentos da Amazônia, aprofundar o conhecimento sobre o PAV, apresentar propostas e pactuar, com o INCRA, o compromisso de instituir formalmente um mecanismo de participação e controle social do programa. Como resultado do seminário foram apresentadas ao INCRA dezenas de propostas de ações nos temas de regularização ambiental e fundiária, valorização de ativos ambientais e atividades produtivas, recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar, monitoramento e controle ambiental e no modelo de gestão para serem inseridas no planejamento operacional do programa. Por fim, foi criada uma Comissão Provisória do Fórum de Movimentos Sociais de Reforma Agrária da Amazônia com representantes de todos os estados da região amazônica que, com a assessoria do IPAM, se responsabilizou pela construção de uma proposta de organização e funcionamento de um mecanismo de controle social.

Ainda em 2013, no mês de setembro, a comissão provisória se reuniu e propôs a constituição de Fóruns de Controle Social em cada uma das 11 regiões onde o INCRA tem superintendência na Amazônia e que esses Fóruns

tenham ampla participação de representantes dos movimentos sociais da reforma agrária e pela consulta às organizações sociais com atuação nacional/regional (CONTAG, FETRAF, MST, CNS e outras) sobre a criação de outro Fórum, com escala de atuação nacional.

Em março de 2014, foi realizado em Brasília-DF o “Seminário de Controle Social do Programa Assentamentos Verdes”. O seminário contou com a participação de 60 lideranças dos movimentos sociais entre representantes das direções nacionais e dos estados da região amazônica e os principais encaminhamentos foram: 1) a deliberação final pela criação e busca de institucionalização de 11 fóruns de controle social regionais e de um fórum nacional com a composição das bases sociais da CONTAG, FETRAF, MST e CNS e assessoria do IPAM e GTA e, 2) definição das atribuições dos fóruns que incluem: articulação entre os movimentos sociais; negociação com os governos; monitoramento, fiscalização e proposição de políticas para assentamentos sustentáveis na Amazônia; e captação de recursos para apoiar o funcionamento dos fóruns.

As Conferências dos Movimentos Sociais do Campo como Espaços de Debate e Formulação de Propostas para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira

Os Fóruns de Controle Social ao analisarem o andamento do PAV, ao longo de 2013 e 2014, perceberam que a maior parte do que estava previsto entre as atividades do programa não haviam sido cumpridas ou as ações estavam sendo desenvolvidas de forma muito lenta e, portanto, distante da realidade e das necessidades básicas imediatas das milhares de famílias assentadas.

A partir desta constatação e com o apoio de um projeto financiado pela Fundação Ford do Brasil, em agosto de 2014, foi realizada a “Reunião de Fortalecimento dos Fóruns de Controle Social”. Nesta reunião elaborou-se uma minuta proposta de portaria que posteriormente foi entregue ao então presidente do INCRA (Carlos Mário Guedes de Guedes) que reconheceu e institucionalizou a criação e regulamentação do funcionamento dos Fóruns de Controle Social expandindo seu foco para além do PAV. Além disso, foi definida a estratégia de ação dos Fóruns para 2014 e 2015 e construído um

plano de trabalho para a realização de um circuito de oficinas de trabalho culminando na realização de Conferências Estaduais e uma Conferência Amazônica sobre Assentamentos Sustentáveis.

Em dezembro de 2014, os Fóruns de Controle Social das Políticas de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos e Áreas de Populações Tradicionais Beneficiárias de Reforma Agrária da Amazônia foram instituídos e regulamentados pela portaria 645/INCRA. E, ainda no segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, foram realizadas 11 reuniões de nivelamento, 22 oficinas preparatórias e 10 Conferências Regionais dos Movimentos Sociais do Campo para Elaboração de Proposta para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira conforme demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01. Cronograma de realização das reuniões de nivelamento, oficinas preparatórias e Conferências Regionais dos Movimentos Sociais do Campo para Elaboração de Proposta para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira. Fonte: IPAM (2015).

Fóruns regionais	Reuniões de Nivelamento				Oficinas de Construção de Propostas				Conferências Regionais			
	2014				2015							
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
Acre												
Amapá												
Amazonas												
Tocantins												
Maranhão												
Mato Grosso												
Rondônia												
Roraima												
Santarém-PA												

OBS: Os eventos dos Fóruns Regionais de Marabá e Belém seguiram cronologias diferentes. A reunião de nivelamento de Marabá aconteceu em março, as oficinas de construção de propostas em abril e maio e a conferência em junho de 2015. Em Belém, a reunião de nivelamento aconteceu em fevereiro e as oficinas de construção de propostas em abril e maio de 2015 enquanto que a conferência ainda não foi realizada.

As conferências tiveram três objetivos principais: 1) identificar as demandas prioritárias das famílias assentadas da Amazônia, de forma mais robusta, do ponto de vista socioeconômico e ambiental e com horizontes de curto e médio prazo; 2) organizar essas demandas na forma de propostas objetivas em documentos base por área de atuação das superintendências do INCRA na Amazônia; e 3) aprovar as propostas nas Conferências Estaduais.

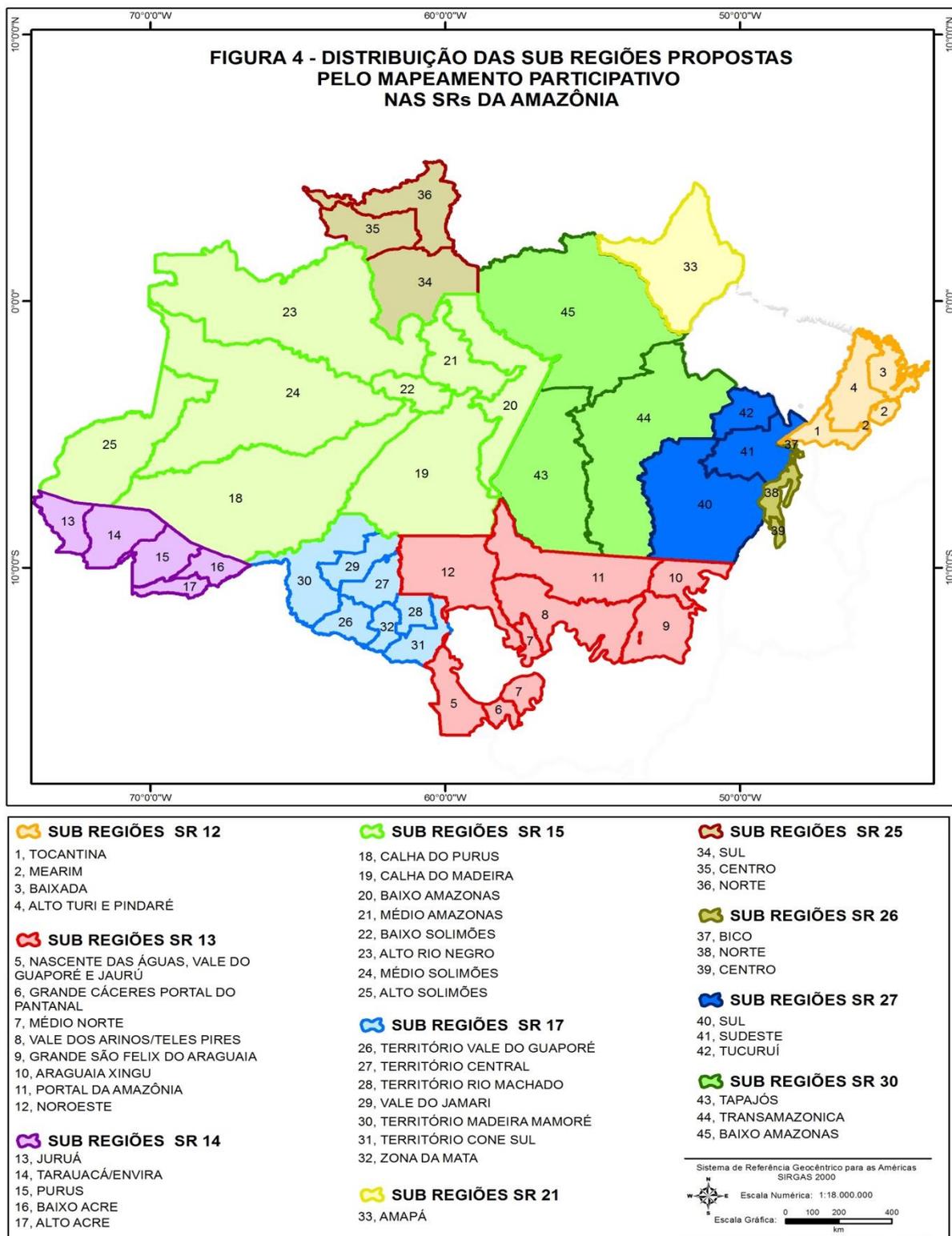
Esses documentos aprovados são importantes ferramentas de negociação dos movimentos sociais para materializar ações, projetos e programas a serem implementados nos assentamentos, contribuir para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bem como subsidiar os instrumentos de planejamento e gestão de execução de recursos dos órgãos públicos que incluem os Planos Plurianuais (PPAs), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e os orçamentos dos governos federal, estaduais e municipais. Uma oportunidade iminente é a criação de um programa específico para apoiar o desenvolvimento dos assentamentos da Amazônia e a sua inserção nos PPAs 2016-2019 do Governo Federal e dos Governos Estaduais da Amazônia.

Portanto, a **Conferência dos Movimentos Sociais do Campo sobre Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Brasileira** é fruto de um processo construído pelos movimentos sociais da região amazônica com forte adesão das principais organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com destaque para a CONTAG, MST, CNS, FETRAF e suas federações estaduais, sindicatos e associações vinculadas. Essas organizações, assessoradas pelo IPAM e GTA, sistematizaram as propostas nesse Documento Base desta Conferência.

4. O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL ATUAL E PROJEÇÃO DE FUTURO PARA OS ASSENTAMENTOS DA AMAZÔNIA

Para realização da caracterização socioeconômica e ambiental dos assentamentos do Bioma Amazônia, foram criados grupos de trabalho com as lideranças dos movimentos sociais e realizados mapeamentos participativos durante as oficinas de construção de propostas. Vale ressaltar que o propósito deste exercício foi caracterizar a realidade atual e demonstrar a oportunidade que os assentamentos apresentam para ampliação da oferta de alimentos saudáveis e de construção de territórios de alta diversidade, produtividade com sustentabilidade socioambiental na Amazônia.

A Figura 4 e o Anexo 1 apresentam os resultados do mapeamento participativo e ilustram as principais atividades produtivas na atualidade (**Cenário Atual**) e numa projeção futura para 2020, considerando-se dois cenários: 1) um **Cenário de Prosperidade** com a implementação de políticas públicas que contribuem para a construção de modelos de Assentamentos Sustentáveis e 2) um **Cenário de Degradação Socioeconômica e Ambiental** nos assentamentos em consequência de ausência das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos. O grande desafio é evitar o segundo e realizar o primeiro cenário.



Obs.: Na SR-01 o mapeamento participativo identificou 7 subregiões, no entanto estas não foram espacializadas na Figura acima por ainda não terem sido validadas na Conferência Regional.

O mapeamento identificou 45 subregiões distribuídas em 10 áreas de atuação do INCRA na Amazônia Legal, excluindo a SR-01 (Figura 4), e que,

segundo as lideranças, os assentamentos apresentam grau de identidade socioeconômica que permite agrupá-los para efeitos didáticos. Nessas subregiões os assentados de reforma agrária desenvolvem 292 atividades produtivas agropecuárias, florestais e socioculturais diferentes (Anexo 1) demonstrando altíssima diversidade e adaptabilidade às diferentes características socioambientais da Amazônia.

A seguir apresenta-se uma análise agregada das atividades produtivas nas 45 subregiões da Amazônia procurando-se identificar os principais padrões da região amazônica, como um todo. A análise detalhada de cada subregião pode ser encontrada nos Documentos Bases das Conferências Regionais.

Cenário Atual

A criação de gado (corte e leite) e a produção de lavouras temporárias (mandioca, arroz, milho e feijão) são as principais atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos. As atividades extrativistas também são importantes, sobretudo, nos assentamentos diferenciados (PAEs, PDSs, PAFs) e nos assentamentos convencionais que ainda mantem áreas expressivas de recursos florestais e hídricos conservados. Da mesma forma, a prática do artesanato e as atividades socioculturais (danças, festejos, etc...) ainda estão presentes nos assentamentos, mas com tendência de redução nos últimos anos. O cultivo de lavouras perenes e semi perenes (cupuaçu, cacau, café, banana e outras espécies frutíferas) e a criação de pequenos e médios animais (galinha, abelhas, porcos, caprinos e suínos) são bastante frequentes, mas geralmente realizadas em pequena escala.

De forma geral, a produção agropecuária é desenvolvida com baixíssimo padrão tecnológico onde ainda predomina a prática de “corte e queima” da cobertura florestal e o sistema extensivo no plantio de pastagens e cultivo das lavouras temporárias. A precariedade de oferta e de qualidade do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como a dificuldade de acesso a linhas de crédito adequadas à realidade amazônica contribuem fortemente para perpetuar esse modelo produtivo que pouco contribui para o desenvolvimento da região. Além disso, a falta de uma política florestal robusta adequada a realidade da agricultura familiar amazônica e a burocratização dos

procedimentos de regularização/licenciamento ambiental da atividade florestal “empurram” a atividade florestal madeireira para a ilegalidade, de outra forma, o extrativismo florestal não madeireiro e a pesca artesanal ainda carecem de incentivos tecnológicos, financeiros e regulatórios para impulsionar essas atividades, no sentido de promover a agregação de valor aos seus produtos e ampliar o acesso aos mercados, inclusive os institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), por exemplo).

Esse conjunto de características evidencia a capacidade de resistência, determinação e valorização da conquista das terras destinadas à reforma agrária na Amazônia, pois é com grande esforço que as famílias assentadas mantêm a produção agroextrativista e mesmo sem as condições adequadas e pouco acesso às políticas públicas produzem e alimentam suas famílias e abastecem os mercados locais e almejam a médio e longo prazo alcançar outros mercados.

Cenário Futuro de Prosperidade

O Anexo 01 apresenta dezenas de exemplos que ilustram o potencial de desenvolvimento das atividades produtivas nos assentamentos. Os sinais de “+” e “-” representam, respectivamente, aumento ou diminuição na produção/qualidade das atividades em três intensidades: baixa (+ ou -), média (++ ou --) ou alta (+++ ou ---). Como pode-se observar, com a implementação das políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável (Cenário 2020 de prosperidade), os assentamentos projetam um aumento expressivo na produção de alimentos, bens e serviços e a apropriação de novas tecnologias, trazidas com as inovações (Anexo 2), possibilitariam a redução dos impactos ambientais das práticas produtivas, a diversificação com a introdução de outras espécies de cultivos e criações e, a consolidação das atividades extrativistas que ainda não possuem expressão produtiva comercial.

Na criação de gado haveria uma tendência de redução do gado de corte e aumento do gado de leite que é uma atividade mais adaptada à realidade das famílias assentadas e que possibilita agregar valor com a implantação de pequenas agroindústrias de laticínios. Com apropriação tecnológica a

tendência na produção de mandioca, milho, arroz, feijão e outras lavouras temporárias seria substituir a prática de corte e queima de florestas por sistemas agroecológicos e atividades produtivas mais intensivas com uso de pequenas máquinas e implementos que reduziriam a penosidade do trabalho familiar e, assim, aumentaria a produção e produtividade das áreas que já foram desmatadas nos assentamentos e que atualmente são subutilizadas.

A tendência das lavouras permanentes é de ampliar suas áreas e expandir o cultivo em sistemas agroflorestais (SAFs) que aumentariam a diversidade e reduziriam os impactos ambientais. Da mesma forma a criação de pequenos e médios animais deve seguir a mesma tendência de se tecnificar melhorando a nutrição dos animais, aumentando o controle sanitário, ampliando e diversificando os rebanhos, agregando valor a produção a partir do processamento e ganhando escala de comercialização.

As atividades extrativistas florestais madeireiras, não madeireiras (babaçu, cipós, frutíferas nativas, etc...) e a pesca artesanal seriam ampliadas, regularizadas e aumentariam a sua sustentabilidade, porque seriam desenvolvidas com planos de manejo, agregando valor aos seus produtos e em cadeias de comercialização mais estruturadas.

As principais implicações da mudança no padrão das atividades produtivas no Cenário de Prosperidade dos assentamentos seriam o aumento da oferta de alimentos com menor custo e mais saudáveis (sem contaminação de agrotóxicos), aumento do poder aquisitivo das famílias assentadas contribuindo para reduzir a dependência de políticas assistenciais e melhorias no IDH, melhor utilização das áreas já desmatadas e conservação dos recursos naturais com a redução do desmatamento, das queimadas, da exploração ilegal de madeira e dos conflitos na região. Condicionantes que proporcionam melhor qualidade de vida e bem-estar para as milhares de famílias assentadas e para a sociedade em geral.

Cenário Futuro de Degradação Socioeconômica e Ambiental

No cenário sem a implementação das políticas públicas nos assentamentos haveria tendência de estagnação ou declínio no cultivo das lavouras temporárias e permanentes, das criações e das atividades

extrativistas com tendência de desaparecimento de algumas práticas tradicionais, sobretudo daquelas que demandam maior emprego da mão-de-obra familiar como a produção de farinha de mandioca e, diversas práticas extrativistas seriam extintas em decorrência do esgotamento dos recursos naturais.

Neste cenário, haveria desvalorização da agricultura familiar, das populações tradicionais e da reforma agrária e, por outro lado, expansão do agronegócio e das fazendas de criação de gado extensivo proporcionando maior abandono dos lotes (evasão) nos assentamentos, aumento do desemprego e da dependência das políticas assistencialistas e menor disponibilidade e elevação no preço de alimentos na região. Conseqüentemente, haveria o aumento da concentração de terras, dos grandes desmatamentos e dos incêndios florestais, da extração de madeira ilegal aliado a degradação dos recursos hídricos e perda da biodiversidade.

A infraestrutura de estradas, energia e habitação, bem como, a saúde, educação e outros serviços sociais básicos seriam precarizados. O INCRA e outros órgãos públicos de apoio à reforma agrária serão enfraquecidos representando a decadência da presença do Estado nos assentamentos. No contexto de ausência de governança, haveria uma tendência de acentuar o aumento do uso de drogas e da violência na região, elevando o número de conflitos de terra que tem provocado a morte de muitas lideranças de agricultores familiares.

5. PROPOSTAS DE AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS ASSENTAMENTOS DA AMAZÔNIA

A construção de um futuro de prosperidade e a transformação dos assentamentos em espaços produtivos e que assegurem a reprodução social da agricultura familiar com qualidade de vida, depende da qualificação e intensificação da execução de políticas públicas nos assentamentos. Além disso, os movimentos sociais entendem que essas políticas precisam ser melhor ajustadas às especificidades da realidade social, econômica e ambiental dos assentamentos da Amazônia e, portanto, serem construídas com a participação dos movimentos sociais da Amazônia.

Este capítulo do Documento Base apresenta a sistematização das propostas dos movimentos sociais, que foram debatidas e aprovadas em 10 Conferências Regionais sobre Assentamentos Sustentáveis realizadas nos estados da Amazônia. Essas propostas, juntas totalizaram 999 ações, que foram agrupadas pela equipe de assessoria, a partir de critérios de repetição de ocorrência em mais de uma regional ou de identidade da ideia principal contida na proposta. O Anexo 3 apresenta 260 propostas de ações que estão organizadas em quatro eixos temáticos: a) Governança Institucional e Organização Social, b) Ordenamento Territorial, c) Fomento e Gestão de atividades produtivas, e d) Infraestrutura e serviços sociais básicos; 08 programas e 36 subprogramas.

As planilhas do Anexo 3 apresentam as ações consideradas relevantes para promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Amazônia num horizonte temporal de 2015 a 2019, bem como as instituições responsáveis por sua execução, as regionais aonde apareceram as propostas e, por fim, o grupo fez um esforço de detalhar de forma quantitativa, uma estimativa dos recursos necessários para a sua execução, quando isso foi possível. Vale destacar que essa estimativa de recursos apresenta grandes imprecisões e lacunas decorrentes da limitação da experiência das lideranças e da assessoria nesse tema específico e pretende-se que, posteriormente, esse material seja submetido à apreciação de especialistas em cálculo orçamentário do INCRA e de outros órgãos parceiros para o seu aperfeiçoamento. Nesse exercício, não foram incluídas a definição do grau de prioridade das ações, as

metas anuais e os seus prazos para execução a partir das expectativas dos assentados e de suas lideranças, mas essas informações estão detalhadas nos documentos bases das Conferências Regionais.

Oportunidades para orientar políticas de Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

A seguir é apresentada uma breve análise e sugestões de alguns temas considerados fundamentais para orientar a formulação e o controle social de políticas públicas para assentamentos na Amazônia. Esta análise e as sugestões têm o objetivo de introduzir o conhecimento e facilitar o entendimento da extensa relação de ações propostas nas planilhas do Anexo 1.

Eixo 1. Governança Institucional e Organização Social

A governança institucional precisa ser fortalecida nos assentamentos melhorando a infraestrutura, os equipamentos, ampliando e qualificando o quadro de pessoal do INCRA e dos Institutos de terra estaduais, bem como dos outros órgãos públicos de fomento produtivo, ATER, meio ambiente e defesa agropecuária que atuam nos assentamentos. Além disso, é necessário aperfeiçoar os critérios adotados para indicação de seus dirigentes. Outro ponto de transformação fundamental é a necessidade de romper com a percepção de que os assentamentos são territórios de responsabilidade exclusiva do INCRA e que os demais órgãos federais, estaduais e municipais atuem, de forma mais efetiva, nos temas que são de sua competência através de ações integradas e ou em cooperação técnica.

Além disso, a construção de assentamentos sustentáveis não depende exclusivamente do poder público e os movimentos sociais, os assentados e suas organizações parceiras precisam arcar com as suas responsabilidades também e, nesse sentido, o associativismo, o cooperativismo e outras formas de organização precisam ser fortalecidas e os movimentos precisam qualificar e unificar suas pautas para negociar com os governos, para que as políticas públicas para assentamentos na Amazônia ganhem a relevância merecida,

para que tenham escala de transformação social e não apenas de soluções pontuais.

As questões relacionadas à igualdade de gênero, etnias, geração e paridade seguem como pauta importante dos movimentos sociais, quer seja capacitando os cidadãos e cidadãs nesses temas ou fortalecendo a participação igualitária nas instâncias de representação e decisão que interferem na vida das famílias assentadas.

O controle social das políticas públicas deve ser valorizado e ampliado porque os movimentos sociais entendem que esses espaços de debate, formulação, monitoramento e avaliação das políticas são conquistas no processo democrático e essenciais para o desenvolvimento dos assentamentos da Amazônia. Nesse sentido, os Fóruns Regionais e o Fórum Nacional de Controle Social de Assentamentos Sustentáveis na Amazônia devem buscar formas de sustentação para assegurar a sua manutenção e continuidade e se constituírem nos principais espaços de interlocução dos movimentos sociais com os governos municipais, estaduais e federal em relação as políticas para assentamentos na Amazônia.

Eixo 2. Ordenamento Territorial

Os procedimentos de regularização fundiária dos assentamentos precisam ser reformados dando maior agilidade aos processos e adotando novas tecnologias a exemplo do georreferenciamento com uso de imagens de satélite de alta resolução. As revisões ocupacionais precisam ganhar celeridade com a realização de audiências públicas nos assentamentos, acordos sociais locais para solução de conflitos e, principalmente, ter consequência com a retirada dos “intrusos” e concentradores de terra que atualmente se constituem na maior ameaça a estabilidade social e ambiental dos assentamentos da Amazônia (mais 70% do desmatamento tem relação com a concentração de terras dentro dos assentamentos). A criação de novos assentamentos em área de floresta deve priorizar o reconhecimento das populações tradicionais e as modalidades de assentamentos diferenciados, bem como os novos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra deve ser orientado para locais mais próximos da infraestrutura e disponibilizado, de

imediatamente, as condições para que possam produzir em curto prazo, sobretudo ATER universalizada e diferenciada e crédito de forma continuada.

A regularização ambiental entrou, definitivamente, na pauta dos assentamentos a partir do novo código florestal e, nesse sentido, é necessário concluir o CAR Perímetro dos assentamentos e avançar na elaboração do CAR das Parcelas, quando for o caso. No entanto, os movimentos sociais precisam ter protagonismo na elaboração do CAR, para que se assegure qualidade e o perfeito entendimento dos benefícios e compromissos assumidos quando as famílias assentadas realizam o CAR. O licenciamento ambiental das atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos precisa ser simplificado a exemplo da legislação de licenciamento diferenciada adotada para as atividades da agricultura familiar no estado do Pará.

Os assentados tem demonstrado interesse e apoiado as ações de fiscalização ambiental nos assentamentos desde que sejam, efetivamente, uma forma de contribuir para a penalização e retirada dos intrusos/criminosos ambientais (concentradores de terra e madeireiros) e que para os legítimos assentados de reforma agrária sejam adotados procedimentos sequenciais de informação, notificação e penalização das atividades ilícitas.

Eixo 3. Fomento e Gestão de Atividades Produtivas

A viabilidade econômica e social é uma necessidade iminente e de curtíssimo prazo dos assentamentos da Amazônia. Nesse sentido, a universalização do atendimento das famílias assentadas e a implantação de um sistema de ATER diferenciada são essenciais. A prestação de ATER de qualidade e de forma continuada traz benefícios a organização social e produtiva e aumenta a eficiência da aplicação do crédito com reflexos na produtividade, beneficiamento e comercialização da produção agroextrativista. Outro benefício da ATER diferenciada é a oportunidade de apropriação, por parte das famílias assentadas, das tecnologias agropecuárias e florestais já existentes. Os movimentos sociais entendem que a EMBRAPA, as universidades e outras instituições de pesquisa já produziram uma quantidade expressiva dessas tecnologias que, no entanto, não são adotadas porque o sistema de ATER não tem sido eficiente e a consequência disso é a

manutenção de práticas produtivas de baixa produtividade e alto impacto ambiental nos assentamentos.

A produção agroecológica é outra característica dos assentamentos da Amazônia que precisa ser mais incentivada pelas políticas públicas. A implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO nos assentamentos da Amazônia é visualizada, pelos movimentos sociais, como uma grande oportunidade de ampliar a produção e a produtividade de alimentos saudáveis e, desta forma, garantir a segurança alimentar e nutricional na região.

A agroindustrialização e o acesso aos mercados são fases da cadeia produtiva dos assentamentos que foram bastante debatidas nas conferências e são apresentadas como propostas de ações importantes para a construção de assentamentos sustentáveis na Amazônia. Historicamente o que é produzido nos assentamentos é comercializado sem beneficiamento e nos mercados mais primitivos (atravessadores e feiras populares, principalmente). A organização da produção para ampliar o acesso aos mercados institucionais (PNAE, PAA e compras públicas) e competir no mercado aberto com a marca da agricultura familiar e dos alimentos saudáveis são oportunidades que precisam ser incentivadas pelas políticas públicas.

Por fim, a valorização da floresta em pé é uma necessidade urgente e uma forma oportuna de assegurar o uso sustentável de mais de 17 milhões de hectares de florestas que ainda existem nos assentamentos da Amazônia. O aperfeiçoamento/adaptação e ampliação da aplicação do PRONAF Floresta à realidade dos assentamentos da Amazônia pode ser um caminho ou será necessário criar uma política florestal robusta que fomente o uso sustentável dos recursos florestais dos assentamentos da Amazônia.

Eixo 4. Infraestrutura e serviços sociais básicos

A implantação e manutenção da infraestrutura é a pauta mais óbvia e antiga dos assentamentos de reforma agrária. Todavia, essa pauta ainda se mantém devido ao seu custo elevado e complexidade de implementação. Para atender a demanda de energia de qualidade é necessário acelerar o Programa

Luz para Todos e ampliar a oferta de energia alternativa (solar, eólica e de biomassa) nos assentamentos.

Em relação a abertura e manutenção das estradas, ramais e vicinais, o compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e o setor privado devem ser caminhos a serem seguidos e a recomendação de preferir a criação de novos assentamentos mais próximo da infraestrutura já existente é uma forma de atenuar a demanda futura.

No tema de habitação, o foco principal é o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que na percepção dos movimentos sociais precisa reduzir a burocracia, ampliar os valores individuais e ser universalizado acelerando a sua atuação na construção, reforma e ampliação das habitações e agregando componentes de saneamento.

O acesso a sistemas de comunicação (televisão, rádio e telefonia) e a inclusão digital são serviços essenciais, sobretudo para assegurar a manutenção dos jovens nos assentamentos e, para isso, é necessário simplificar a regularização das rádios e televisões comunitárias e estabelecer uma política robusta de implantação de centros de inclusão digital nos assentamentos e usá-los como instrumento na educação e local de acesso e irradiação de informações.

Na pauta de educação é necessário se antecipar ao ensino fundamental, levando as creches para os núcleos dos assentamentos, serviço essencial para possibilitar mais oportunidade de ocupação das mães nas atividades de caráter econômico ou mesmo do lar, e ao mesmo tempo oportunizar a socialização das crianças num ambiente para além da família. Deve também ampliar os espaços para as novas modalidades educativas como a pedagogia da alternância e a escola de tempo integral, investir nos próprios assentados e seus dependentes como profissionais educadores e assim proporcionando oportunidades de ocupação para jovens e mulheres, efetivar o aproveitamento dos formados no PRONERA na prestação de serviços nos próprios assentamentos.

A política de saúde precisa ser vista com um novo olhar priorizando investimentos na “saúde preventiva” e universalização da informação como estratégia de prevenção. Nesse sentido, o Programa Mais Médicos tem aportado uma grande contribuição, sobretudo, quando representado nos

assentamentos por profissionais da escola cubana de medicina. Da mesma forma como na área de saúde, a segurança pública nos assentamentos deve priorizar o controle das “causas da violência” e focar nas atividades preventivas que atualmente estão fortemente ligadas ao consumo excessivo de álcool e uso de drogas. No caso das atividades ostensivas as modalidades de “rotas frequentes de policiamento” parecem ser mais adaptadas à realidade dos assentamentos.

As políticas de cultura, lazer e esporte embora sejam na atualidade, aparentemente de pouca visibilidade e importância para os atores externos dos assentamentos, são consideradas pelas famílias assentadas de fundamental importância e condição básica à permanência no campo como manifestado por um participante de uma conferência regional que parafraseando uma música famosa da banda Titãs, disse: “**O povo do assentamento não quer só comida e trabalho também quer diversão e arte**”. Os representantes de idosos e de jovens manifestaram forte interesse na valorização desses temas como prioridades das políticas públicas para os assentamentos. Essas políticas precisam ser criativas para atingir adequadamente esse público nas realidades em que eles vivem.

6. ANEXOS

Anexo 01. Atividades produtivas, por SR, na atualidade (Cenário Atual) e projeção futura para 2020 no Cenário de Prosperidade com a implementação de políticas públicas que contribuem para a construção de modelos de Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Legal.

Cenário atual	Cenário Futuro de Prosperidade
SR 14 – ACRE	
Região Baixo Acre – Banana e Castanha Região Purus – Avicultura, Milho, Gado de leite, Tabaco e Mamão Região Tarauacá/Envira – Gado de leite, Mamão, Milho e Castanha Região Juruá - Milho	+
Região Baixo Acre – Piscicultura, Abacaxi, Mandioca, Milho, Açaí, Melancia, Pequenas criações e Amendoim Região Alto Acre – Avicultura, Piscicultura, Pequenas criações, Agronegócio (frango, látex e laticínios) Região Purus – Hortaliças, Farinha de mandioca e Feijão de praia Região Tarauacá/Envira – Abacaxi, Mandioca (farinha) e Hortaliças Região Juruá – Gado de leite, Gado de corte, Melancia, Banana, Artesanato, Tabaco, Buriti e Mandioca	+ +
Região Baixo Acre – Hortaliças e Laticínios Região Alto Acre – Coleta de sementes Região Purus – Piscicultura, Mandioca e Açaí Região Tarauacá/Envira – Piscicultura, Banana, Açaí, Avicultura, Feijão de praia e Tabaco Região Juruá – Piscicultura, Pequenas criações, Mandioca (farinha), Abacaxi, Pupunha, Açaí, Arroz, Feijão (22 variedades) e Exploração de óleos	+ + +
Região Baixo Acre – Gado de leite e Gado de corte Região Purus – Castanha Região Juruá – Seringa	=
Região Alto Acre – Gado de corte Região Purus – Gado de corte Região Tarauacá/Envira – Gado de leite	-
Região Alto Acre – Extrativismo (borracha e castanha)	- -
SR 21 – AMAPÁ	
Cerâmica, Tubérculos, Ecoturismo, Cacau (chocolate) e Pimenta do reino	+ +
Criação de peixe, Banana, Mandioca (farinha, tapioca e tucupi), Acerola, Citrus (laranjas e limão), Abacaxi, Coco, Meliponicultura, Cupuaçu, Arroz, Maxixe, Mamão, Goiaba, Pupunha, Camarão, Plantas medicinais, Açaí, Gado (corte, leite e queijo), Hortaliças, Extrativismo (açai, bacaba, piquiá, uxi, castanha, andiroba, copaíba), Caju, Aves, Suínos, Melancia, Cana (garapa), Extrativismo (sapucaia e cutiti)	

Milho	=
Carvão ilegal	--
Garimpagem, Venda de animais silvestres e Madeira ilegal	---
SR 15 – AMAZONAS	
Região Alto Solimões – Piscicultura Região Calha do Madeira – Festa do leite, Produção mineral de calcário e potássio, Festa da melancia, Castanha, Mandioca, Pecuária leiteira, Turismo ecológico Região Calha do Purus – Castanha e Festa do sol em Lábria Região do Rio Negro – Festa do boto Região Baixo Amazonas – Festa do Divino Espírito Santo Região Médio Amazonas - Soja, Festa do cupuaçu, Festa agropecuário e Fecani Região Baixo Solimões – Festa da banana, Festa do gás, Festa da Ciranda e Festa do açaí Região Médio Solimões – Andiroba, Copaíba, Limão e Festa da castanha	+
Região Alto Solimões – Pecuária leiteira, Extrativismo florestal (castanha) e Farinha de mandioca Região Calha do Madeira – Banana, Cupuaçu, Melancia, Cacau e Pesca Região Calha do Purus – Laranja Região Rio Negro – Mandioca Região Baixo Amazonas – Festa do Guaraná, Mel e Gado de corte Região Médio Amazonas - Cupuaçu, Extração madeireira, Cimento, Gado leiteiro e Piscicultura Região Baixo Solimões – Castanha, Copaíba e Andiroba Região Médio Solimões – Açaí, Piscicultura e Banana	++
Região Calha do Madeira – Minério (silvinita) Região Calha do Purus – Pecuária leiteira Região Rio Negro - Peixe ornamental, Artesanato em cerâmica e cesteiras e Produtos extrativistas Região Baixo Amazonas – Festival de verão, Festa do boi, Festival do Tucunaré de Inhamundá, Turismo ecológico e Guaraná Região Médio Amazonas – Frutíferas, Tucumã, Mandioca (fécula) e Cassiterita Região Baixo Solimões – Açaí, Pesca e Mandioca Região Médio Solimões – Farinha de mandioca, Mandioca (fécula) e Castanha	+++
Região Alto Solimões – Festa do boi e Pesca Região Calha do Madeira – Festa do Jaraqui, Cana, Festa do rodeio do boi, Festa de Santo Antonio de Borba Região Calha do Purus – Pupunha Região Médio Amazonas - Santa Milagrosa Região Médio Solimões – Frutas nativas (piquiá e bacuri), Pupunha e Pesca	=
Região Baixo Amazonas – Búfalo Região Médio Solimões – Fibras de Juta e Malva	-
Região Calha do Madeira – Malva e Juta	--

SR 27 – MARABÁ	
Região Sudeste – Arroz e Milho Região Tucuruí – Pecuária de corte	+
Região Sudeste – Pecuária de corte, Mandioca, Hortigranjeiros e Pequenos animais Região Tucuruí – Mandioca e Pequenos animais Região Sul/Alto Xingu - Frutíferas (Açaí, Cupuaçu), Arroz, Urucum, Piscicultura e Açafrão	+ +
Região Sudeste – Pecuária leiteira, Piscicultura e Frutíferas (banana, açaí, cupuaçu e acerola) Região Tucuruí – Pimenta do reino, Cacau, Hortifrutigranjeiros, Pecuária leiteira, Piscicultura e Pesca Região Sul/Alto Xingu – Pecuária de corte, Pecuária leiteira, Cacau, Banana, Mel, Milho e Farinha	+ + +
Região Tucuruí - Arroz	=
SR 12 – MARANHÃO	
Região Alto Turi e Pindaré – Juçara/Açaí, Pesca Artesanal e Extrativismo (babaçu) Região Baixada Oriental e Maranhense – Bumba meu boi/Tambor de crioula, Pecuária de leite Região Mearim – Arroz, Milho, Bumba meu boi/Quadrilha Região Tocantina – Mandioca e derivados	+
Região Alto Turi e Pindaré – Gado de leite, Feijão e Arroz Região Baixada Oriental e Maranhense – Pesca artesanal, Juçara, Arroz, Extrativismo (babaçu e bacuri), Produção de mel, Pequenos e médios animais, Pecuária de corte e Fruticultura (cupuaçu, acerola, goiaba, manga, pequi, melancia e mangaba) Região Mearim – Pequenos e médios animais, Pecuária de leite, Mandioca e Fruticultura (caju, acerola, banana, melancia e limão) Região Tocantina – Suínos, Arroz, Pequenos e médios animais, Atividade cultural (capoeira) e Extrativismo (babaçu, pequi, açaí, cajá e murici)	+ +
Região Alto Turi e Pindaré – Mandioca e derivados, Abacaxi, Piscicultura, Apicultura (Mel) e Olericultura Região Baixada Oriental e Maranhense – Mandioca e derivados, Artesanato, Piscicultura, Hortaliças, Milho e Feijão Região Mearim – Piscicultura, Olericultura e Extrativismo babaçu Região Tocantina – Pecuária de leite e derivados, Olericultura, Milho, Fruticultura e Apicultura	+ + +
Região Alto Turi e Pindaré – Gado de corte Região Mearim – Pecuária de corte Região Tocantina – Pecuária de corte	-
Região Alto Turi e Pindaré – Madeira ilegal Região Tocantina – Madeira ilegal	- -
SR 13 – MATO GROSSO	
Região Vale do Arinos/Teles Pires – Cachaça, Soja, Maxixe, Jiló, Berinjela e Espinafre Região Noroeste – Amendoim, Cará e Coloral. Região do Portal da Amazônia – Gado de corte	+

<p>Região Médio norte – Banana, Cupuaçu, Citrus e Mel Região Nascentes das águas vales do Guaporé e Jauru – Mandioca Região Araguaia Xingu – Arroz, Suinocultura, Caprinocultura, Abóbora cabotiã, Mandioca/farinha, Melancia, Mel e Borracha Região Grande Cáceres Portal do Pantanal – Pepino, Mandioca, Amendoim, Melancia e Mel Região Grande São Félix do Araguaia – Arroz, Mandioca/farinha, Abóbora cabotiã, Suinocultura, Laticínios e Mel</p>	
<p>Região Vale do Arinos/Teles Pires – Algodão, Mandioca/Farinha, Quiabo, Cenoura, Alho, Frutíferas 2 (laranja e poça), Ervas medicinais, Pimentão, Girassol e Caprinocultura Região Noroeste – Pupunha, Pequi, Milho, Ervas medicinais, Mel, Caju e Coco Região do Portal da Amazônia – Carvão e Coloral Região Médio norte – Pupunha, Tomate, Feijão, Caju, Melancia, Amendoim, Cana de açúcar, Horticultura, Seringueira, Artesanato, Ovinocultura, Suínos, Gado de corte, Gado de leite e Piscicultura Região Nascentes das águas vales do Guaporé e Jauru – Arroz, Laranja, Banana, Limão, Seringueira, Gado de corte e Gado de leite Região Araguaia Xingu – Gado de leite, Gado de corte, Palmito de pupunha, Laticínios e Frango corte/caipira e Piscicultura Região Grande Cáceres Portal do Pantanal – Ervas medicinais, Mexerica/pocã, Coco babaçu, Milho, Feijão, Cana de açúcar para ração, Laranja, Limão e Avicultura Região Grande São Félix do Araguaia – Melancia, Gado de leite, Gado de corte, Frango corte/caipira e Piscicultura</p>	<p>++</p>
<p>Região Vale do Arinos/Teles Pires – Milho, Piscicultura, Castanha, Frutíferas 1 (abacaxi, banana, melancia, maracujá, limão e mamão), Abóbora, Beterraba, Gado de corte, Gado de leite, Avicultura (galinha poedeira, caipira e corte), Pequi, Tomate, Doces, Panificação, Suinocultura, Cana de açúcar, Artesanato, Extrativismo (sementes) e Pepino. Região Noroeste – Café, Castanha, Carneiro, Cupuaçu e Mexerica Região do Portal da Amazônia – Ovos, Manejo Florestal, Doces diversos, Laranja, Extrativismo, Queijo, Frango, Acerola, Hortaliças, Mandioca, Milho, Suinocultura, Coco, Mexerica, Cupuaçu, Gado de leite e Cana de açúcar Região Médio norte – Milho, Arroz, Maracujá, Abacaxi, Mandioca e Frango de granja/caipira Região Nascentes das águas vales do Guaporé e Jauru – Horticultura, Abacaxi, Avicultura, Suinocultura, Melancia e Piscicultura Região Grande Cáceres Portal do Pantanal – Pequi, Gado de corte, Gado de leite e Piscicultura</p>	<p>+++</p>
<p>SR 30 – SANTARÉM</p>	
<p>Região Baixo Amazonas – Óleo, Peixe e Gado de corte Região Transamazônica – Gado de corte</p>	<p>+</p>

Região Baixo Amazonas – Abacaxi, Cupuaçu, Pimenta, Feijão, Mandioca farinha, Milho e Artesanato. Região Tapajós – Gado de leite, Mandioca (Tapioca) e Gado de corte Região Transamazônica – Porco	+ +
Região Baixo Amazonas – Melancia, Banana, Hortaliças, Macaxeira, Gado de leite e Galinha Região Tapajós – Peixe e Banana Região Transamazônica – Banana, Cacau, Galinha, Peixe e Gado de leite	+ + +
Região Baixo Amazonas – Uxi, Pupunha e Castanha do Pará Região Tapajós – Açaí (extrativismo) Região Transamazônica – Mandioca (Tapioca)	=
Região Baixo Amazonas – Madeira Illegal Região Tapajós – Madeira Illegal Região Transamazônica – Madeira Illegal	- - -
SR 17 – RONDÔNIA	
Região Território Rio Machado – Gado de corte Região Território Madeira Mamoré – Feijão Região Zona da Mata – Gado de corte Região Território Vale do Guaporé – Gado de corte	+
Região Território Rio Machado – Piscicultura Região Território Cone Sul – Apicultura e Piscicultura Região Território Madeira Mamoré – Farinha de mandioca, Fruticultura, Gado de corte, Extrativismo (castanha, cipó, óleo de copaíba e andiroba) e Mandioca Região Zona da Mata – Hortifrutigranjeiro Região Território Vale do Guaporé – Horticultura, Gado de leite e Urucum	+ +
Região Território Rio Machado – Gado de leite, Queijo, Hortifrutigranjeiro, Milho, Café, Fruticultura, Extrativismo não madeireiro, Cacau e Artesanato Região Território Central – Feijão, Café, Gado de leite, Cacau, Hortifrutigranjeiro, Fruticultura, Mandioca, Artesanato, Cana de açúcar e Piscicultura. Região Território Cone Sul – Artesanato, Feijão, Fruticultura, Horticultura, Gado de leite, Gado de corte, Urucum, Cana de açúcar, Milho e Pequenas criações Região Território Madeira Mamoré – Artesanato, Café, Açaí e Piscicultura Região Zona da Mata – Artesanato, Fruticultura, Café clonal, Gado de leite e Piscicultura Região Território Vale do Jamari – Gado de leite, Piscicultura, Milho, Café, Feijão, Horticultura, Extrativismo, Cacau, Fruticultura e Artesanato Região Território Vale do Guaporé – Artesanato, Inhame, Fruticultura, Café Clonal e Piscicultura	+ + +
Região Zona da Mata – Feijão e Milho Região Território Vale do Jamari - Gado de corte	=

Região Território Madeira Mamoré – Extrativismo madeireiro e Gado de leite	-
Região Zona da Mata – Café	
Região Território Vale do Guaporé – Café	
Região Território Central – Gado de corte	- - -
Região Território Vale do Guaporé – Feijão	
SR 25 – RORAIMA	
Região Norte – Limão	
Região Sul - Gado de corte, Gado de leite, Carneiro, Castanha do Brasil, Macaxeira e Mandioca	+
Região Norte - Banana, Milho, Melancia, Macaxeira, Laranja, Batata doce, Abobora, Tomate, Caju, Pimenta, Maxixe, Açaí, Quiabo, Manga, Feijão, Mamão, Pepino, Carneiro, Goiaba, Abacaxi, Porco, Maracujá, Cajá e Mandioca	++
Região Centro – Limão, Artesanato, Gado de corte, Gado de leite, Maxixe, Mel de abelha, Açaí, Quiabo, Pepino e Mandioca	
Região Sul – Laranja, Produção de queijo, Dendê, Hortaliças,	
Região Norte – Hortaliças, Piscicultura, Galinha, Produção de queijo, Castanha do Brasil, Artesanato, Gado de corte, Gado de leite e Coco	+++
Região Centro – Banana, Milho, Melancia, Macaxeira, Laranja, Batata doce, Hortaliças, Abobora, Tomate e Piscicultura	
Região Sul - Abacaxi	
Região Norte – Mel de abelha, Cana, Produção de grãos, Cacau, Cupuaçu e Turismo Rural	=
Região Centro – Pimenta e Manga	
Região Sul – Banana, Açaí e Piscicultura	
Região Norte – Coco, Café, Produção de móveis e Pupunha	-
Região Norte – Madeira ilegal	--
Região Sul – Madeira ilegal	
Região Centro – Madeira ilegal	---
SR 26 – TOCANTINS	
Região Bico – Pesca	+
Região Centro – Piscicultura e Gado de corte	
Região Bico – SAF's, Mandioca e Horticultura	
Região Norte – Apicultura, Avicultura, Gado de corte, Gado de leite e Artesanato	++
Região Centro – Gado de leite, Horticultura, Fruticultura e Avicultura	
Região Bico - Apicultura, Piscicultura, Avicultura, Gado de leite, Grãos (feijão, milho, arroz e fava), Extrativismo (babaçu e frutas), Artesanato, Fruticultura e Horticultura orgânica	
Região Norte – Piscicultura, Mandioca, Grãos (feijão, milho, arroz, fava), Extrativismo (coco babaçu), Suinocultura, Horticultura orgânica e Fruticultura (abacaxi, manga, caju, coco, cupu, laranja, mexerica, limão e banana)	+++
Região Centro – Extrativismo (mangaba e pequi), Artesanato e Suinocultura	

Região Norte – Horticultura	=
------------------------------------	---

Anexo 02. Inovações produtivas, por SR, no Cenário de Prosperidade com a implementação de políticas públicas que contribuem para a construção de modelos de Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Legal.

SR	INOVAÇÕES
SR 14 – ACRE	<p>Região Baixo Acre - Fortalecimento das entidades; inserção de pesquisas e tecnologias (apropriação do produto); Aumento da produção de banana, açaí, castanha, mandioca, farinha de mandioca; Intensificação do amendoim (grande potencial); agronegócio.</p> <p>Região Alto Acre – Agricultura Familiar fortalecida; produção de mandioca, arroz, feijão, cana de açúcar; produção de subsistência com potencial de excedente para o mercado; agroindustrialização de castanha e açaí.</p> <p>Região Purus – Merenda escolar da agricultura familiar; Aumento da produção de piscicultura e hortifrutí.</p> <p>Região Tarauacá/Envira – Inserção da Embrapa; Intensificação e valorização de toda produção.</p> <p>Região Juruá – Geração de renda com a produção de feijão expandida para todo o estado; Produção de arroz e café; Exploração de óleo da biodiversidade; Exportação de farinha de mandioca e Retomada da produção de cana de açúcar.</p>
SR 21 – AMAPÁ	Polpa de frutas; Banco de sementes; Castanha de caju; Buriti; Viveiros de mudas de madeira de lei; Agroindústria; Centro de beneficiamento de sementes e fibras; Legalização do cipó titica; Produção de doce de leite e manteiga e Frigoríficos de pequenos animais.
SR 15 – AMAZONAS	<p>Região Alto Solimões – Não listou inovações</p> <p>Região Calha do Madeira – Não listou inovações</p> <p>Região Calha do Purus – Não listou inovações</p> <p>Região Rio Negro - Plantio Agrícola permanente e Pesca esportiva</p> <p>Região Baixo Amazonas – Turismo rural nos assentamentos e diversificação produtiva com agregação de valor</p> <p>Região Médio Amazonas - Extração de outros minérios</p> <p>Região Baixo Solimões – Não listou inovações</p> <p>Região Médio Solimões – Não listou inovações</p>
SR 27 – MARABÁ	<p>Região Sudeste – Manejo Florestal Madeireiro e não madeireiro e Produção madeireira de reflorestamento.</p> <p>Região Tucuruí - Manejo Florestal Madeireiro e não madeireiro e Produção madeireira de reflorestamento.</p> <p>Região Sul/Alto Xingu – Suínos; Aves e Reflorestamento com espécies nativas (castanha, sapucaia e abil).</p>
SR 12 – MARANHÃO	Região Alto Turi e Pindaré – Artesanato; Milho; Fruticultura (caju, goiaba e manga); Criação de pequenos e médios animais;

	<p>Prestação de serviços ambientais; Serviços profissionais voltados para agricultura.</p> <p>Região Baixada Oriental e Maranhense - Coco d'água; Cacuria; Dança gaúcha; Reagge; Quadrilhas; Pagelança e Turismo rural.</p> <p>Região Mearim – Artesanato;</p> <p>Região Tocantina – Cacuriá; Prestação de serviços ambientais; Serviços profissionais voltados para agricultura; Urucum; Pimenta do reino.</p>
SR 13 – MATO GROSSO	<p>Região Vale do Arinos/Teles Pires – Indústria de frango; Indústria de suíno; Usina de cana; Farinheiras; Polpadeiras; Fabrica de doce e Agroindústria de processamentos de alimentos (conserva de alimentos).</p> <p>Região Sudeste – Industrialização do mel; Beneficiamento do palmito de pupunha; Frigorífico de frango; Selo da agricultura familiar; Processamento da castanha e Processamento de ervas medicinais.</p> <p>Região Portal da Amazônia – Produção de polpa de frutas; Embalagem diferenciada dos produtos com selo; Processamento do leite; Frigorífico de pequenos animais; Aumento das áreas de manejo florestal; Retomada no plantio de arroz e padarias de agricultores familiares e Produção de biojóias.</p> <p>Região Médio Norte – Despoldadeiras de frutas; Abatedouro de gado de corte/suínos/caprinos/ovinos/piscicultura; Cooperativas; Certificação da agricultura familiar e Agroindústrias – mel.</p> <p>Região Nascentes Das Águas Vales do Guaporé e Jauru – Frigorífico; Laticínios e Fábrica de farinha.</p> <p>Região Araguaia Xingu – Abatedouro de frangos.</p> <p>Região Grande Cáceres Portal do Pantanal – Processamento das ervas medicinais; Cooperativas; Tanque de leite; Mini Fábrica de ração; Abatedouro de frango; Agroindústria para beneficiamento de Pequi e Frigorífico de peixe.</p> <p>Região São Félix do Araguaia – Abatedouro de frango; Laticínio; Frigorífico de peixe; Cooperativa de incentivo à apicultura e Frigorífico de gado de corte.</p>
SR 30 – SANTARÉM	<p>Região Baixo Amazonas - Criação de abelha; Beneficiamento de coco da Bahia, Beneficiamento da acerola; Beneficiamento de óleo; Beneficiamento de laranja e tangerina; Criação de carneiro; Arroz; Batata doce; Beneficiamento de frutas; Criação de porco; Beneficiamento de maracujá e Beneficiamento de leite.</p> <p>Região Tapajós - Criação de porco; Criação de carneiro; Criação de galinha; Polpa de acerola; Polpa de buriti; Polpa de coco da Bahia; Polpa de cupuaçu, Polpa de abacaxi; Hortaliças e Produção de queijo.</p> <p>Região Transamazônica - Industrialização de frutas; Produção de milho; Produção de feijão; Produção de arroz; Produção de chocolate; Produção de cacau; Produção de queijo e Produtos não madeireiros.</p>
SR 17 – RONDÔNIA	<p>Agroindústria do Agricultor Familiar; Aumento da renda; Diversificação da produção consorciado; Extrativismo de produtos não madeireiros (Óleos, açaí e castanha); Menos agrotóxicos;</p>

	Produção de ração e minerais; Produção orgânica e Agroecologia; Produtos homeopáticos e plantas medicinais; Reaproveitamento de alimentos; Sementes e mudas crioulas e Turismo rural.
SR 25 – RORAIMA	Aumento da produção; Melhor comercialização; Geração de emprego e melhor renda; Processamento de produtos; Melhoria na qualidade; Conservação florestal; Turismo rural; Maior tecnologia na produção e Aumento da exportação para Manaus.
SR 26 – TOCANTINS	<p>Região Bico – Acesso aos selos SIM, SIES e SIF; Feiras da agricultura; Agroindustrialização (mel, piscicultura, polpas); Organização de cooperativismo e criação de central de cooperativas e comercialização das produções e Certificação da produção orgânica.</p> <p>Região Norte – Processamento de carnes, frutas, leite, mandioca, coco babaçu, mel e derivados; Emissão dos selos (SIM, SIE e SIF); Aumento de renda nas famílias; Incentivo tecnológico a produção agroecológica; Feira da agricultura familiar de orgânicos e Fortalecimento do cooperativismo.</p> <p>Região Centro – Emissão dos selos SIM, SIES e SIF; Processamento do pescado, processamento de frutas e processamento de leite; Sistemas alternativos de produção; Pequenas agroindústrias de caráter produtivo e Organização de cooperativismo e criação de central de cooperativas e comercialização das produções.</p>

Anexo 03. Propostas de ações para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Amazônia Legal.

EIXO 1: GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL				
<p>PROBLEMATIZAÇÃO: Os órgãos públicos e da sociedade civil tem infraestrutura e capacidade de gestão insuficiente para atender as demandas dos assentamentos rurais. Este eixo apresenta propostas de ações para o fortalecimento da governança institucional, na perspectiva de assegurar o fornecimento de melhores serviços prestados à sociedade, e o fortalecimento das organizações sociais, o que tende a resultar em maior participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública no acompanhamento das políticas institucionais, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.</p>				
PROGRAMA 1.1: Governança institucional				
OBJETIVO: Fortalecer a governança institucional para o desenvolvimento de assentamentos rurais				
SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Fortalecimento do INCRA e demais órgãos públicos (Federais, Estaduais e Municipais)	Definir critérios técnicos, com participação dos movimentos sociais, para a nomeação dos superintendentes do INCRA e dirigentes de órgãos públicos de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento;	Presidência da república, INCRA/MDA, Parlamentares, Governos estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo,	Não se aplica	Santarém, Maranhão e Tocantins
	Realizar concursos públicos regionalizados para ampliação do quadro do INCRA e outros órgãos públicos de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento;	INCRA/MDA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Parlamentares, Governos Estaduais, MAPA, IBAMA/MMA, Ministério do Trabalho, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo		Marabá, Acre, Santarém, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Amazonas e Rondônia
	Aplicar critérios técnicos que assegurem a manutenção qualitativa e quantitativa do quadro de cada unidade do INCRA em caso de	INCRA/MDA	Não se aplica	Marabá e Amazonas

	remoção/redistribuição de servidores;			
	Valorizar os servidores do INCRA, com equiparação salarial a outros órgãos federais com remuneração superior;	INCRA/MDA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Parlamentares, Movimentos sindicais e sociais do campo		Maranhão e Rondônia
	Ampliar o volume de recursos para as SRs e unidades avançadas do INCRA e demais órgãos públicos de regularização fundiária e de imóveis rurais, de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento da Amazônia;	INCRA/MDA, Governos Estaduais, Prefeituras, MAPA, MEC, Universidades, Parlamentares, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IBAMA/MMA, Movimentos sindicais e sociais do campo	30.320.000,00 – Amazonas e Belém não realizaram estimativas	Roraima, Santarém, Marabá, Amazonas, Belém e Amapá
	Melhorar a estrutura física e tecnológica (veículos, equipamentos, construção e ampliação de prédio e laboratórios) do INCRA e outros órgãos públicos de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento na Amazônia;	INCRA/MDA, Governos Estaduais, Ministério do Trabalho e MAPA	9.130.000,00 Belém não realizou estimativa	Rondônia, Acre, Mato Grosso, Roraima, Tocantins, Santarém, Marabá e Belém,
	Criar/reactivar SRs e unidades avançadas do INCRA e outros órgãos públicas de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento na Amazônia;	INCRA/MDA, Parlamentares, Governos Estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo,	1.200.000,00 – Roraima, Belém e Amazonas não realizaram estimativas	Roraima, Amazonas, Belém e Santarém
	Intensificar a fiscalização dos serviços contratados pelo INCRA	INCRA/MDA	Não se aplica	Acre e Belém
	Capacitar os servidores do INCRA e outros órgãos públicas de ATER, defesa agropecuária, Meio Ambiente e Fomento na Amazônia, para melhorar a prestação de serviços aos assentados;	INCRA/MDA, IBAMA/MMA, Governos Estaduais, Ministério do Trabalho, Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente	2.490.000,00 – Santarém, Rondônia e Tocantins não realizaram	Santarém, Rondônia, Marabá, Mato Grosso, Tocantins,

			estimativas	Amazonas
Produção de Informação para Gestão de Assentamentos	Manter no INCRA um sistema integrado de levantamento, armazenamento e análise de informações sobre assentamentos;	INCRA/MDA, ONG's		Amazonas
	Realizar censos agropecuários tri anuais nos assentamentos;	INCRA/MDA, IBGE		Maranhão
Políticas de alinhamento institucional: uma nova visão para fortalecimento de ações conjuntas	Manter os convênios entre órgãos públicos das diferentes esferas de governo	INCRA/MDA, Governos Estaduais, prefeituras		Amazonas e Belém
	Ampliar o relacionamento entre as instituições públicas ambientais e os assentados de reforma agrária.	INCRA/MDA, Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente e Movimentos sindicais e sociais do campo	665.000,00 Belém não realizou estimativa	Acre e Belém
PROGRAMA 1.2: Organização Social				
OBJETIVO: Fortalecimento das organizações sociais para participação na gestão dos assentamentos e no controle social das políticas públicas				
SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Fortalecimento organizacional	Capacitar as Associações, Movimentos sindicais e Sociais do Campo para elaboração de projeto para captação de recursos;	INCRA/MDA, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, ATER, ONG's	2.070.000,00	Roraima, Mato Grosso, Tocantins,
	Capacitar assentados sobre gestão organizacional	INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, ATER, ONG's	7.879.800,00	Amazonas
	Capacitar assentados sobre empreendedorismo rural e elaboração de plano de negócios.	INCRA/MDA, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, ATER, ONG's	235.000,00	Santarém
	Capacitar assentados em sindicalismo	INCRA/MDA, Sistema S, Governos Estaduais, Movimentos sindicais e	3.912.000,00	Mato Grosso, Tocantins e

		sociais do campo, Associações, ATER, ONG's		Amapá
Fortalecimento organizacional	Fortalecer a Criação, regularização e reforma estatutária das associações rurais	INCRA/MDA, ATER, Assessoria Jurídica, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, Cooperativas	11.678.000,00	Acre, Amazonas, Maranhão, Roraima, Mato grosso, Santarém e Tocantins
	Ampliar o quadro de assessoria técnica e jurídica das organizações sociais e garantir a logística de transporte	INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo e ONG's		Amazonas e Marabá
	Reduzir as exigências legais (tributos e impostos) às organizações de assentados	Parlamentares, Governos federal, estaduais e municipais, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Cooperativas	Não se aplica	Acre e Maranhão
	Fortalecer os conselhos fiscais das organizações para fiscalizar o cumprimento dos seus estatutos	Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Cooperativas	Não se aplica	Rondônia
Sistema de cogestão/gestão compartilhada nos assentamentos	Criar/reactivar e assegurar a participação paritária dos assentados nos conselhos Municipais e estaduais (Desenvolvimento Rural Sustentável, Saúde, Meio Ambiente, Educação e segurança alimentar)	Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo, INCRA, Associações e Conselhos		Mato Grosso, Santarém, Maranhão, Acre e Amapá
	Capacitar assentados para atuarem nos conselhos Municipais e estaduais (Desenvolvimento Rural Sustentável, Saúde, Meio Ambiente, Educação e segurança alimentar)	Prefeituras, Governos Estaduais, Tribunais de conta, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, CONDRAF, Conselhos Estaduais e municipais, ONG's, Sistema S, Universidades, CODETER's, Movimentos sindicais e sociais do campo	764.000,00 Belém não realizou estimativa	Marabá, Belém, Mato Grosso e Tocantins

	Garantir recursos para participação das lideranças dos assentados em reuniões de conselhos;	INCRA/MDA, Governos Estaduais, Prefeituras, Conselhos Estaduais e municipais, Movimentos sindicais e sociais do campo		Mato Grosso, Rondônia e Amapá
	Integrar as pautas das entidades representativas da agricultura familiar a serem levadas aos conselhos estaduais e municipais;	Movimentos sindicais e sociais do campo	44.000,00	Amapá
	Implantar colegiados de gestão compartilhada nos assentamentos para facilitar o acesso e aplicação das políticas públicas;	INCRA/MDA e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Amazonas
	Realizar Termos de Cooperação entre organizações sociais e órgãos públicos na execução e acompanhamento de políticas públicas, programas e projetos desenvolvidos nos assentamentos;	INCRA/MDA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do Campo e ONG's	Não se aplica	Amazona, Belém e Mato Grosso
	Ampliar a interação do relacionamento entre as instituições públicas ambientais com os produtores rurais Assentados ou agricultores Familiares	INCRA/MDA, IBAMA, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do Campo e associações	665.000,00	Acre
Sistema de cogestão/gestão compartilhada nos assentamentos	Criar portal de transparência para acompanhamento da aplicação do crédito e demais componentes do Plano Safra nos assentamentos.	INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo e ONG's	Não se aplica	Mato Grosso
	Desenvolver protocolos comunitários nos assentados.	INCRA/MDA, ATER e Movimentos sindicais e sociais do campo		Amazonas
Fortalecimento da cidadania	Capacitar sobre direitos e deveres dos assentados.	INCRA/MDA, ATER, INSS, ONG's, Prefeituras, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo e Associações	17.205.776,00 Belém não realizou estimativa	Amazonas, Acre, Roraima e Tocantins e Belém
	Universalizar os direitos e deveres dos assentados através de materiais	INCRA/MDA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo e	696.708,00	Santarém

	didáticos	Associações		
	Implantar salas de cidadania nos sindicatos para desburocratizar e descentralizar a execução de políticas e programas para os assentamentos	INCRA/MDA, MMA, Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente		Amazonas
	Realizar calendários de Mutirões da Cidadania em Assentamentos para emissões de documentos, certidões, assistência sociais e jurídica.	INCRA/MDA, Ministério público do Estado, Assessoria jurídica, Ministério do Trabalho, ATER, Justiça Federal do Trabalho, Governos estaduais, prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo, associações, INSS, Sistema S, empresas privadas,	10.649.000,00	Acre, Amapá, Santarém, Mato Grosso e Tocantins
Paridade de gênero, geração e etnias.	Capacitar os assentados em Relações de Gênero	INCRA/MDA, ATER, ONG'S, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	4.619.000,00	Amapá, Mato Grosso e Tocantins
	Garantir as contribuições efetiva das mulheres nos debates sobre o desenvolvimento dos assentamentos na Amazônia.	ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Cooperativas	2.880.000,00	Rondônia
	Incluir e valorizar os idosos.	INSS, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, Secretarias de assistência social	330.000,00	Roraima
	Desenvolver ações educativas em relacionamentos familiar para as famílias assentadas	Movimentos sindicais e sociais do campo, Conselhos Tutelares e prefeituras	93.000,00	Mato Grosso
	Aumentar a participação de jovens e mulheres nas organizações sociais	ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Cooperativas	369.000,00	Maranhão
Controle Social	Capacitar lideranças em legislações fundiária e ambiental para acompanhar	INCRA/ATER, Sistema S, Universidades, CODETER's, ONG's,	445.188,00 Belém não realizou	Marabá, Belém e Rondônia

	a gestão e controle social das políticas públicas para assentamentos.	Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	estimativa	
	Construir uma agenda de reuniões dos Fóruns assentamentos sustentáveis, vinculando-a aos Colegiados dos Territórios da Cidadania e identidade rural	INCRA/MDA, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Colegiados Territoriais	460.000,00 – Roraima, Belém e Marabá não realizaram estimativas	Rondônia, Marabá, Belém e Roraima
	Mapear, captar e fazer controle social de políticas públicas para os assentamentos.	INCRA/MDA, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo e Associações	60.000,00 – Santarém, Acre e Rondônia não realizaram estimativas	Amazonas, Santarém, Acre, Rondônia
	Efetivar o Fórum Nacional e os Fóruns Regionais de Assentamentos Sustentáveis como os espaços de controle social e formulação de políticas públicas dos Assentamentos na Amazônia. (conforme estabelecido na portaria nº 645/2014 do INCRA)	INCRA/MDA, ONG's, CODETERs e Movimentos sindicais e sociais do campo	40.000,00 – Mato Grosso e Belém não realizaram estimativas	Marabá, Mato Grosso, Belém
	Institucionalizar no âmbito dos estados os Fóruns Regionais de Assentamentos Sustentáveis como espaços de controle social e formulação de políticas públicas dos assentamentos	INCRA/MDA, Governos estaduais e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Amazonas e Belém
	Promover o debate entre o INCRA nacional, as SRs da Amazônia e os Fóruns para construção da programação orçamentária anual (POA)	INCRA/MDA e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Marabá
	Elaborar projetos para captação de recursos para assegurar o funcionamento dos Fóruns de controle	INCRA/MDA, ATER, ONG's e Movimentos sindicais e sociais do campo		Amazonas

	social.			
	Solicitar a Casa Civil do governo Federal a realização de uma audiência pública para apresentar a matriz atual de planejamento de grandes obras/projetos na Região Amazônica e impactos nos assentamentos antes de implementá-las.	INCRA/MDA, Casa civil da presidência da república e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Marabá
	Realizar avaliações periódicas da efetividade do controle social e proposição das políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos	INCRA/MDA e Movimentos sindicais e sociais do campo	10.000,00	Marabá
	Ampliar o Programa Assentamentos Verdes contemplando assentamentos do Cerrado e Pantanal (Tocantins, Maranhão e Mato Grosso)	INCRA/MDA, Institutos de Terras estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo e ONG's	Não se aplica	Mato Grosso
Controle Social	Inserir propostas de políticas públicas do Fórum nacional e Fóruns Regionais nos PPA's federal e estaduais;	INCRA/MDA, Governos estaduais, Prefeituras, Parlamentares e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Maranhão
Infraestrutura para organizações sociais	Construir sedes, barracões, centros e cozinhas comunitárias.	INCRA/MDA, MDS, Ministério da Cidades, Prefeituras, ATER, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e Cooperativas	51.720.000,00	Amazonas, Amapá e Marabá

EIXO 2: ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROBLEMATIZAÇÃO: A questão fundiária aliada à questão ambiental apresentam-se como importantes gargalos para o ordenamento territorial na Amazônia. O eixo Ordenamento Territorial apresenta ações que contribuem para a promoção do ordenamento e da regularização fundiária e ambiental na perspectiva de reduzir conflitos fundiários e fortalecer a estrutura produtiva nos assentamentos rurais.

PROGRAMA 2.1: Ordenamento e regularização fundiária

OBJETIVO: Promover o ordenamento e a regularização fundiária nas áreas destinadas à reforma agrária

SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Regularização fundiária	Revisão e regularização ocupacional nos assentamentos	INCRA/MDA, Institutos de Terras Estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo,	20.145.450,00 – Belém e Tocantins não realizaram estimativas	Mato Grosso, Amazonas, Santarém-PA, Marabá-PA, Belém, Roraima, Maranhão, Acre, Amapá, Rondônia e Tocantins
	Georreferenciamento e demarcação de perímetros de assentamentos	INCRA/MDA, Terra Legal, ICMBio e Institutos de Terras Estaduais	7.172.100,00 – Amazonas e Roraima não realizaram estimativas	Roraima, Santarém, Amazonas e Maranhão
	Demarcação e titulação de lotes	INCRA/MDA e Institutos de Terras Estaduais	540.453.804,00 – Maranhão Rondônia e Mato Grosso não realizaram estimativas	Acre, Santarém, Maranhão, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Amazonas, Tocantins e Rondônia
	Expedir a concessão de uso dos Projeto de Assentamento Agroextrativista	INCRA e Secretaria do Patrimônio da União	389.130.000,00	Amazonas
	Identificar e reconhecer assentamentos não cadastrados no SIPRA	INCRA	Não se aplica	Maranhão, Mato Grosso e Roraima

Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) e Plano Básico (PB) onde se fizer necessário	INCRA/MDA, Institutos de Terras Estaduais, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo		Amazonas e Maranhão
Aplicação da Lei 13.001 para regularização de lotes nos assentamento	INCRA, Ministério Público Federal	Não se aplica	Rondônia
Retomada de áreas de latifúndios nos assentamentos	INCRA, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Polícia Federal	Não se aplica	Amapá, Santarém, Maranhão, Acre e Rondônia
Combate a concentração de lotes dentro dos assentamentos por não clientes de reforma agrária	INCRA, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Polícia Federal	690.936,00	Acre e Amapá
Revisão das normas e critérios de seleção para beneficiários da reforma agrária, contemplando os profissionais de saúde, técnicos de ATER e educação que atuam nos assentamentos.	INCRA/MDA, Institutos de Terras Estaduais, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso
Implantação de delegacias e varas agrárias para a resolução de conflitos em acampamentos, assentamentos e comunidades de populações tradicionais	INCRA/MDA, Institutos de Terras Estaduais, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Instituto Chico Mendes, Procuradoria da União, Procuradoria dos Estados, Ministério da Justiça, Ouvidoria Agrária, Defensoria Pública e Movimentos sindicais e sociais do campo	11.000.000,00 – Acre, Tocantins e Marabá não realizaram estimativas	Maranhão, Santarém, Marabá, Tocantins e Acre
Mapeamento, reconhecimento e regularização das comunidades de populações tradicionais	INCRA/MDA; Secretaria do Patrimônio da União, Terra Legal, Movimentos sindicais e sociais do campo	145.350.000,00 – Belém e Tocantins não realizaram estimativas	Tocantins, Belém e Amazonas

	Revisão das categorias e modalidades de assentamentos adequando à realidade local e ao cálculo de módulo fiscal partir da Lei 4.504/67..	INCRA/MDA, Instituto de Terras Estaduais, Sindicatos, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Acre, Amazonas e Maranhão
	Criação, demarcação e regularização de novos assentamentos garantindo a manutenção e preservação dos corpos d'água.	INCRA/MDA, Terra Legal, Instituto de Terras Estaduais, Ouvidoria Agrária, Movimentos sindicais e sociais do campo, SERFAL		Rondônia, Roraima, Belém, Santarém, Tocantins, Marabá
	Os Institutos de Terras Estaduais devem repassar para o INCRA áreas para criação de assentamentos de reforma agrária	Institutos de Terras Estaduais, Governos estaduais, INCRA/MDA e Movimentos sindicais e sociais do campo,		Marabá
	Priorizar os agregados e os filhos na destinação de lotes nos novos assentamentos e na retomadas de lotes irregulares	INCRA/MDA, Instituto de Terras Estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Maranhão, Mato Grosso e Amazonas
Ordenamento Territorial	Realizar e/ou concluir o zoneamento sócio-econômico-ambiental dos Estados para melhor orientar o investimento produtivo dos assentamentos	Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração, Embrapa, INCRA, Secretaria do Patrimônio da União, Terra Legal, Governo dos Estados, Assembleia Legislativa		Roraima, Amazonas e Tocantins

PROGRAMA 2.2: Ordenamento e Regularização ambiental				
OBJETIVO: Promover o ordenamento e a regularização ambiental dos assentamentos.				
SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Incentivos Econômicos	Elaboração de cartilha sobre os recursos monetários de sequestro de carbono	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, ATER; Universidades, Secretarias municipais e estadual de meio ambiente, ONG's, Instituto Chico	325.188,00	Rondônia

		Mendes, Movimentos sindicais e sociais do campo		
	Capacitação sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e crédito de carbono	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, ATER; Universidades, Embrapa, Secretarias municipais e estadual de meio ambiente, ONG's, Instituto Chico Mendes, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.295.000,00 – Belém não realizou estimativa	Rondônia, Acre, Belém
	Concluir a política Estadual de pagamento por serviços ambientais	Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria Estadual da Fazenda, Parlamentares, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's, Conselhos estaduais de meio ambiente	Não se aplica	Amazonas, Acre e Maranhão
	Criar o conselho gestor e o fundo do sistema estadual de REDD+	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, ATER; Universidades, Embrapa, Secretarias municipais e estadual de meio ambiente, ONG's, Instituto Chico Mendes, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso
	Capacitar os atores sociais envolvidos para propor projeto dentro do sistema REDD+	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, ATER; Universidades, Embrapa, Secretarias municipais e estadual de meio ambiente, ONG's, Instituto Chico Mendes, Movimentos sindicais e sociais do campo	325.000,00	Mato Grosso
	Regulamentar o mercado de CRA (Cota de reserva ambiental) nos assentamentos	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, ATER; Universidades, Embrapa, Secretarias municipais e estadual de meio ambiente, ONG's, Instituto Chico Mendes, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso

Educação ambiental	Capacitação sobre CAR e regularização das atividades produtivas	Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, ATER, Universidades, ONG's e Movimentos sindicais e sociais do campo	1.475.000,00	Roraima, Santarém
	Campanha de divulgação sobre CAR em assentamentos	Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, ATER, Universidades, ONG's, veículos de comunicação e Movimentos sindicais e sociais do campo	100.000,00	Mato Grosso
	Capacitação de assentados sobre legislação, conservação, regularização ambiental e alternativas ao desmatamento.	INCRA, Serviço Florestal Brasileiro, Secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, Instituto Estaduais de Floresta, ATER, Universidades, ONG's e Movimentos sindicais e sociais do campo	2.210.000,00 – Belém e Acre não realizaram estimativas	Marabá, Roraima, Acre e Belém-PA
	Desenvolver programa de educação ambiental rural nos assentamentos	ATER, Fórum Regional Assentamentos Sustentável de Marabá, UNIVERSIDADE	6.598.000,00 – Belém e Belém e Rondônia não realizaram estimativas	Marabá, Tocantins Rondônia, Belém, Amazonas, Mato Grosso e Amapá
	Capacitação dos assentados para o controle, manejo e combate do fogo	INCRA, ATER; Ministério do Meio Ambiente, Defesa Civil, IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Bombeiros, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo,	5.323.000,00	Mato Grosso, Rondônia e Tocantins
	Criação e manutenção das brigadas de controle e combate a incêndios (fogo acidental)	INCRA/MDA; Ministério do Meio Ambiente, Defesa Civil, IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Bombeiros, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do	4.935.000,00 – Marabá e Tocantins não realizaram estimativas	Acre, Marabá, Tocantins e Mato Grosso

	campo,		
Implantação de postos de recolhimento de embalagem de agrotóxicos nos assentamentos	INCRA, Órgãos de defesa fitossanitária federal e estadual, Movimentos sindicais e sociais do campo	1.050.000,00	Mato Grosso
Campanhas de sensibilização e/ou capacitação sobre os impactos do uso de agrotóxicos e destinação das embalagens	IBAMA, ATER; Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Sistema S, Prefeituras, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	4.831.000,00	Mato Grosso, Marabá, Rondônia, e Tocantins
Campanhas de sensibilização e/ou capacitação sobre legislação, tratamento, destinação e reaproveitamento de resíduos sólidos (lixo e outros materiais orgânicos)	INCRA, ATER, Sistema S, Embrapa, Universidades, Prefeituras, Governo do Estado, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	38.847.804,00	Acre, Amazonas e Rondônia
Criação e implementação de um programa de gestão de resíduos sólidos em assentamentos	INCRA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Funasa, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Conselhos Estaduais e municipais de meio ambiente, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso e Amazonas
Implantação de unidades de coleta de resíduos sólidos	Prefeituras, Governo do Estado e MAPA, Funasa	8.638.180,00	Acre e Maranhão
Realizar Oficinas de trabalho e intercâmbios sobre reaproveitamento de material reciclável e confecção de artesanatos	ATER; Sistema S, ONG's, Secretarias municipais de cultura e assistência social, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.820.000,00 – Belém não realizou estimativa	Tocantins e Belém
Implementar a política nacional de gestão de bacias hidrográficas como mecanismo de melhorar qualidade de água aos assentamentos	Ministério do meio ambiente, Secretarias estaduais de meio ambiente, Conselhos nacional, estaduais e municipais de meio ambiente		Amazonas

	Mapeamento e monitoramento dos corpos d'água nos assentamentos (imagens de satélite)	INCRA/MDA, ATER; ONG's, SILAM, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo	4.020.000,00	Marabá e Tocantins
	Analisar qualidade da água dos rios para avaliar e planejar recuperação de corpos d'água poluídas e assoreados nos assentamentos.	Secretaria municipal de saúde	100.000,00	Marabá
	Projetos de sensibilização, recuperação e proteção dos corpos d'água	INCRA/MDA, MMA, ATER, Secretarias Estadual e municipais de meio ambiente, ONG'S, Movimentos sindicais e sociais do campo	45.913.204,50	Acre, Amazonas e Tocantins
	Fiscalizar e punir os responsáveis pela contaminação e assoreamento dos corpos d'água	INCRA, IBAMA, Secretarias Estadual e municipais de meio ambiente, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Federal	2.393.720,00 – Belém não realizou estimativas	Marabá e Belém
Fomento à Regularização ambiental	Constituição e regulamentação de fundos com arrecadações de infrações ambientais para fomentar projetos de recuperação e proteção das APP's e reserva legais de assentamentos rurais.	INCRA/MDA, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente estadual, Conselhos estaduais de meio ambiente, ONG'S, Movimentos sindicais e sociais do campo e universidades.	Não se aplica	Mato Grosso, Acre, Rondônia, Belém e Maranhão
	Criar, estruturar e equipar o banco de sementes agroflorestais para recuperação de APP's e RL	INCRA/MDA, ATER, Embrapa, Universidades, CEPLAC, ONG'S, Secretarias Estaduais e municipais de agricultura e meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo	8.205.000,00	Marabá, Maranhão, Amazonas e Roraima
	Realização e disponibilização de mapas resultantes do inventário florestal regional para efetivar a coleta de sementes florestais	Serviço Florestal Brasileiro, Institutos florestais estaduais, Secretarias Estaduais de meio ambiente, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Marabá

	Reduzir juros dos créditos para recuperação ambiental de APPs e RL	INCRA/MDA, Agencias financiadoras, MMA, Secretarias Estaduais e municipais de Meio Ambiente	Não se aplica	Amazonas
Regularização Ambiental	Realizar levantamentos/diagnósticos sobre a realidade ambiental dos assentamentos e área de povos e comunidades tradicionais.	INCRA, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente estadual, ONG'S, Movimentos sindicais e sociais do campo e universidades e ATER		Amazonas
	Realização e emissão de CAR perímetros e CAR Lotes nos assentamentos e áreas de povos e comunidades tradicionais	INCRA, Secretarias Estaduais e municipais de meio ambiente, ATER, ONGS, movimentos sindicais e sociais do campo , universidades	32.107.300,00 – Tocantins, Acre, Amapá, Belém e Mato Grosso não realizaram estimativas	Santarém, Amapá, Roraima, Belém, Amazonas, Acre, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso
	Criar e revisar normas de dispensa de licenciamento ambiental das atividades produtivas de baixo impacto realizadas pela agricultura familiar	INCRA, Secretarias Estaduais e municipais de meio ambiente	Não se aplica	Amazonas e Tocantins
	Realização de licenciamento ambiental simplificado das atividades produtivas dos assentados, com participação efetiva do INCRA, e povos de comunidades tradicionais	INCRA, Secretarias Estaduais e municipais de meio ambiente.	Não se aplica	Amapá, Acre, Santarém, Belém, Rondônia, Mato Grosso, Roraima,
	Disseminação de informações sobre o CAR	INCRA, Secretarias Estaduais e municipais de meio ambiente, ONG's, Universidades, ATER, movimentos sindicais e sociais do campo.	1.410.188,00	Rondônia
	Elaboração, normatização e implementação de Planos de Recuperação Ambiental (PRA) estaduais	INCRA, Secretarias estaduais de meio ambiente, ATER, ONG's, Universidades, movimentos sindicais e sociais do campo, conselhos estaduais de meio ambiente.	Não se aplica	Amapá, Mato Grosso e Acre

	Recuperação de área degradadas com SAF's	ATER, INCRA/MDA, Movimentos Sindicais e Sociais do campo, Secretarias Estaduais e municipais de Meio Ambiente, CEPLAC, ONG's, Universidades	1.747.320.000,00	Amapá, Acre, Santarém e Rondônia
	Desembargo ambiental dos assentamentos mediante assinatura de Termo de Compromisso	INCRA/MDA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal, IBAMA, Secretarias estaduais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso e Santarém
Monitoramento, fiscalização e controle ambiental	Fiscalização dos crimes ambientais	INCRA/MDA, IBAMA, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Ministério Público Federal, Movimentos sindicais e sociais do campo	681.980,00 – Marabá, Acre e Belém não realizaram estimativas	Amapá, Santarém, Belém, Marabá e Acre
	Participação do INCRA de forma efetiva no processo de monitoramento das áreas de manejo florestal nos assentamentos	INCRA; Secretarias Estaduais e Municipais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo	726.380,00	Rondônia, Acre e Santarém
Legislação ambiental	Criar e/ou regulamentar a legislação para controlar a expansão de monocultivos e uso de agrotóxicos no entorno dos assentamentos	Parlamentares, INCRA, Secretarias Estaduais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Maranhão e Belém-PA
	Regulamentar o uso de sementes pre-germinadas e plantio direto de espécies florestais	Secretarias Estaduais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's	Não se aplica	Marabá
	Criar marcos regulatórios estadual para mitigação de impactos de grandes empreendimentos em assentamentos	Secretarias Estaduais de meio ambiente, Movimentos sindicais e sociais do campo, INCRA/MDA, IBAMA		Amazonas

EIXO 3: FOMENTO E GESTÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS

PROBLEMATIZAÇÃO: A ausência de um serviço de Ater eficiente e contínuo, aliado ao acesso limitado a outras políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar, torna os sistemas produtivos nos assentamentos rurais frágeis, resultando em baixa renda familiar e até no abandono do lote. Entendendo que os assentamentos são ambientes estratégicos que desempenham o papel de contribuir para a segurança alimentar, geração de emprego e renda das famílias, este eixo propõe ações de fomento e gestão de atividades produtivas focado na assistência técnica e extensão rural e no crédito como suporte para a produção sustentável e o beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos agropecuários e florestais como forma de garantir a segurança alimentar e a geração de emprego e renda às famílias assentadas.

SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Subsídios á Agricultura Familiar Sustentável	Criar programas de subsidio a adoção e inovação tecnológicas para desenvolver a Agricultura Familiar nas escalas federal, estaduais e municipais	MDA, MAPA, MMA, Estados e prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo		Marabá
	Implantar programa de análise de solo e água para atender aos assentados	MAPA, EMBRAPA, Universidades, Escolas Agrotécnicas, ATER, CEPLAC, Governo do Estado, Prefeituras, Movimentos Sindicais e sociais do campo	663.000,00	Roraima e Santarém
	Redução de taxas e impostos sobre insumos para os assentados	Governo de Estado, Parlamentares, Movimentos Sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Acre
	Realização de pesquisa na área de desenvolvimento sustentável nos assentamentos	INCRA/MDA, MMA, MAPA, Embrapa, Universidades, ATER, ONG's, Movimentos Sindicais e sociais do campo	500.000,00	Mato Grosso
ATER produtiva	Fortalecimento da agricultura tradicional (criação de bancos de sementes e realização de oficinas e feiras para a troca de sementes crioulas/cabocla)	INCRA/MDA, ATER, CEPLAC, Embrapa, Universidades, Governo do Estado, Prefeituras, ONG's, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo	4.351.000,00 – Marabá não realizou estimativa	Acre, Marabá, Rondônia e Tocantins

Realizar estudo de mercado sobre os canais de comercialização acessíveis a agricultura familiar	ATER, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas, Sistema S	6.881.000,00	Amazonas, Tocantins e Mato Grosso
Capacitação sobre o acesso a mercados institucionais de comercialização	INCRA/MDA, ATER, MDS, MAPA, FNDE, Secretarias estaduais e municipais de educação e agricultura, Órgãos federal, estaduais e municipais de inspeção sanitária, ONG's, Sistema S, Conselhos da alimentação escolar, Movimentos Sindicais e sociais do campo	5.885.000,00 – Amazonas não realizou estimativa	Amapá, Amazonas, Marabá, Roraima, Santarém, Rondônia e Tocantins
Organização dos produtores e da produção para acessar os mercados	INCRA/MDA, ATER, CONAB, EMBRAPA, ONG's, Cooperativas, Sistema S, Movimentos Sindicais e sociais do campo	23.888.000,00 – Mato Grosso, Belém e Amapá não realizaram estimativas	Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Belém, Maranhão
Capacitações sobre processamento da produção e derivados	INCRA/MDA, ATER, EMBRAPA, MAPA, ONG's, Cooperativas, Sistema S, Secretarias estaduais e municipais de agricultura, Órgãos federal, estaduais e municipais de inspeção sanitária, Movimentos Sindicais e sociais do campo	21.790.000,00	Amazonas, Amapá e Tocantins
Capacitação sobre a legislação sanitária de produtos animais e vegetais	INCRA/MDA, ATER, EMBRAPA, MAPA, ONG's, Cooperativas, Sistema S, Secretarias estaduais e municipais de agricultura, Órgãos federal, estaduais e municipais de inspeção sanitária, Movimentos Sindicais e sociais do campo	2.064.000,00	Amapá

Adoção de instrumentos de planejamento de uso do solo na escala de lote (PUs)	INCRA/MDA, Universidades, ATER, ONG's, Secretarias Estaduais e municipais de Agricultura, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.670.000,00 -- Amazonas não realizou estimativa	Amazonas e Mato Grosso
Realizar o zoneamento agroecológico nos assentamentos	INCRA/MDA, ATER, Universidades, Embrapa, Articulação Nacional de Agroecologia, Movimentos sindicais e sociais do campo	325.000,00 – Amazonas e Maranhão não realizaram estimativas	Amazonas, Maranhão e Mato Grosso
Realizar o zoneamento de potencial da piscicultura nos assentamentos	INCRA/MDA, Embrapa, MAPA, Ministério da pesca e Aquicultura, Secretarias Estaduais e municipais da pesca e/ou agricultura, Secretarias Estaduais e municipais de meio ambiente, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo		Santarém e Mato Grosso
Universalização da ATER respeitando as realidades locais	INCRA/MDA, ATER, Secretarias estaduais e municipais de agricultura, Movimentos sindicais e sociais do campo, CEPLAC,	2.174.350.000,00 – Belém não realizou estimativa	Amazonas, Acre, Belém, Santarém, Marabá, Tocantins, Maranhão, Roraima, Mato Grosso e Rondônia
Revisão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) considerando a realidade e as demandas da agricultura familiar Amazônica	INCRA/MDA; ATER, CONDRAF, ANATER, Parlamentares federais, Movimentos Sindicais e sociais do Campo	Não se aplica	Amazonas, Rondônia, Marabá, Acre
Assegurar a participação das organizações sindicais e sociais do	INCRA/MDA; ATER, ANATER, Movimentos Sindicais e sociais do	Não se aplica	Maranhão, Tocantins, Belém,

	campo na elaboração das chamadas públicas de ATER, seleção e avaliação das prestadoras	Campo		Marabá, Amapá e Amazonas
	Construção de assentamentos modelos a partir do diagnóstico sócio econômico ambiental local enriquecido com as propostas da conferência	INCRA/MDA, Institutos de Terras estaduais, Governos estaduais, prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo		Mato Grosso
	Capacitação multidisciplinar dos Técnicos de extensão rural com ênfase nos princípios da PNATER	INCRA/MDA, ATER, Governos estaduais, Prefeituras, Universidades, Escolas Agrotécnicas, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.690.000,00	Amapá, Tocantins, Acre
Emissão de DAP's	Capacitação dos atores sociais do campo para emissão da DAP's	INCRA/MDA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas	14.110.000,00	Roraima, Amazonas e Tocantins
	Regularização dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho para emissão de DAP's	Ministério do Trabalho, Movimentos sindicais e sociais do campo, Assessoria Jurídica	135.000,00	Tocantins
	Universalização do Acesso as DAP's	INCRA/MDA; ATER; Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Santarém, Marabá, Tocantins, Roraima e Amapá
Crédito	Criar um Crédito de Seguro Especial contra perdas por acidentes naturais como benefício específicos aos assentados em áreas de risco de grandes enchentes.	Governos Federal e Estaduais		Amazonas
	Criar linha de crédito (Pronaf) específica para o idoso rural	INCRA/MDA, ATER, MPOG, Banco Central e Bancos operadores, Parlamentares federais, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Roraima
	Ampliar e desburocratizar o acesso ao Seguro da Agricultura Familiar	INCRA/MDA, ATER, MPOG, Banco Central e Bancos operadores,	Não se aplica	Maranhão, Tocantins, Mato

	(SEAF) e demais linhas do PRONAF	Parlamentares federais, Movimentos sindicais e sociais do campo		Grosso, Acre, Roraima, Santarém e Marabá
	Revisão dos índices técnicos de projetos PRONAF (investimento e custeio) considerando a diversificação da produção de acordo com as realidades locais	INCRA/MDA, ATER, Banco Central e Bancos operadores, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Marabá, Acre, Rondônia
	Adequar as normas do PRONAF Floresta para que sejam as mesmas normas do PRONAF A, como mecanismo de incentivo para fomentar a execução de Planos de Manejo de Fauna e Manejo Florestal Comunitário.	INCRA/MDA, ATER, Banco Central e Bancos operadores, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Marabá, Amazonas
	Desvincular o primeiro acesso à crédito e o acesso de agricultor regular da inadimplência municipal	INCRA/MDA, ATER, Banco Central e Bancos operadores, parlamentares, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Amazonas
	Individualização do acesso crédito, desvincular as dívidas de um dos integrantes da família para não impedir o acesso ao crédito jovem e mulher	Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Tocantins
	Definir procedimentos e instrumentalizar a operacionalização para regularização dos agricultores familiares dos créditos do Pronaf	INCRA/MDA, Ministério da Fazenda, Bancos operadores de crédito e Regularização da inadimplência do Pronaf	não se aplica	Marabá e Santarém
	Assegurar o crédito de instalação (apoio inicial I e II, fomento e mulher) independentemente do acesso ao PRONAF A	INCRA/MDA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo	487.690.000,00 – Marabá não realizou estimativa	Marabá, Santarém e Amazonas

	Universalização do Programa BOLSA VERDE aos assentados da Amazônia	MDS, INCRA/MDA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo	55.204.000,00	Santarém e Rondônia
	Elaboração de projetos para acesso às linhas de crédito do PRONAF dentro dos assentamentos	INCRA/MDA, ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	29.015.000,00	Amapá
	Capacitação sobre créditos produtivos para agricultura familiar	INCRA/MDA, ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Bancos operadores, Agências de Fomento Estaduais	31.318.000,00 – Marabá não realizou estimativa	Amazonas, Tocantins, Marabá, Roraima e Rondônia
Incentivo a Produção orgânica e/ou Agroecologia	Capacitação e intercâmbio em Agroecologia	INCRA/MDA, ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas, universidades, Embrapa, Sistema S, CEPLAC, Secretarias estaduais e municipais de agricultura	7.321.256,00 – Belém não realizou estimativa	Mato Grosso, Acre, Belém, Santarém e Rondônia
	Desburocratizar o acesso ao PRONAF Agroecologia	INCRA/MDA, ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Bancos operadores	17.240.000,00 – Mato Grosso não realizou estimativa	Mato Grosso, Amapá
	Implementação da PNAPO nos assentamentos	MAPA, MDA, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Governos estaduais, Prefeituras, ATER, ONG's, Embrapa, Movimentos sindicais e sociais do campo	306.590,00 – Rondônia não realizou estimativa	Maranhão e Rondônia
	Capacitação sobre execução do PLANAPO	INCRA/MDA e Coordenação do PLANAPO	100.000,00	Marabá
	Criar mecanismos de disseminação das pesquisas agroecológicas na agricultura familiar nos assentamentos rurais	ATER, Embrapa, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	7.870.000,00	Mato Grosso e Tocantins

Reconhecer e Garantir o acesso ao selo da agroecologia e produção orgânica aos agricultores assentados	ATER, Embrapa, MAPA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Instituições de pesquisa, Universidades	Não se aplica	Amapá e Rondônia
Apoio a criação de cinturões verdes agroecológicos	INCRA/MDA, MMA, ONG's, ATER, EMBRAPA, Universidades, Escolas Agrotécnicas, Escolas familiares rurais, Prefeituras, bancos operadores, Movimentos sindicais e sociais do campo,	77.652.500,00	Rondônia
Apoio a instalação de abatedouro de frango caipira com certificação orgânica	INCRA/MDA, ATER, Sistema S, Governos estaduais, prefeituras e cooperativas	3.500.000,00	Mato Grosso
Capacitações para sensibilização sobre alternativas produtivas sem uso do fogo	ATER, Sistema S, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's, CODETER	100.000,00	Marabá
Capacitação sobre produção de insumos orgânicos	Embrapa, Instituições de pesquisa, ATER, Escolas Agrotécnicas, Universidades, Sistema S, Escolas familiares agrícolas, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	8.538.000,00	Mato Grosso e Tocantins
Implementação de sistemas de irrigação para agricultura familiar	INCRA/MDA, Órgãos públicos de ATER, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, Bancos operadores de crédito	306.590.000,00 – Mato Grosso não realizou estimativa	Mato Grosso e Maranhão
Incentivos á Horticultura Familiar com ênfase na implantação de sistemas de mandalas	INCRA/MDA, Embrapa, Banco do Brasil, Universidades, Órgãos públicos de ATER, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's, Sistema S	1.560.000,00 – Santarém não realizou estimativa	Santarém e Tocantins

Intensificação e Diversificação dos Sistemas Produtivos	Capacitação e implantação de viveiros agroflorestais para os assentados	INCRA/MDA, ATER, Embrapa, Universidades, Mapa, Sistema S; Órgãos públicos de ATER, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's	17.190.000,00 – Belém não realizou estimativa	Roraima, Amapá, Belém, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso
	Capacitação, elaboração e implementação de planos de manejo florestal e de fauna	INCRA/MDA, Órgãos públicos de ATER, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, Movimentos sindicais e sociais do campo	166.360.000,00 – Marabá e Belém não realizaram estimativas	Marabá, Acre, Amapá, Belém e Santarém.
	Capacitação e incentivo a implantação de sistemas agroflorestais	INCRA/MDA, MMA, EMBRAPA, CEPLAC, ATER, Governos Estaduais, ONG'S, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.085.000,00 – Roraima não realizou estimativa	Roraima e Rondônia
	Capacitação e incentivo ao agroextrativismo	INCRA/MDA, MMA, EMBRAPA, CEPLAC, ATER, Governos Estaduais, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.085.000,00 – Roraima não realizou estimativa	Roraima e Rondônia
	Implementar unidades demonstrativas com inovações tecnológicas para agricultura familiar nos assentamentos	EMBRAPA, INCRA/MDA, Prefeituras e Governo Estaduais, Universidades, Escolas Agrotécnicas, ATER, Sistema S, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo	6.115.000,00 – Belém não realizou estimativa	Roraima, Belém, Marabá e Acre
	Produção de bovinos pelo sistema SAFs e ou agrosilvopastoril	INCRA/MDA, MMA, EMBRAPA, ATER, Governos Estaduais, Prefeituras, Defesa sanitária animal, Universidades, Escolas Agrotécnicas, Movimentos sindicais e sociais do campo	19.500.000,00	Mato Grosso
	Capacitação e organização das cadeias produtivas de pequenos e	INCRA/MDA, Embrapa, Universidades, Órgãos públicos de ATER, Meio	373.617.300,00	Maranhão, Santarém, Acre

médios animais: avicultura, suinocultura, piscicultura, apicultura e melipolicultura	Ambiente e fomento da Amazônia, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's, Sistema S		Amazonas, Tocantins,
Desenvolver projetos demonstrativos de criação de animais silvestres (caititu queixada, paca e capivara)	IBAMA, MDA, INCRA, ICMBIO, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas	2.600.000,00 – Belém não realizou estimativa	Santarém e Belém
Incentivo ao turismo rural e ecoturismo na agricultura familiar (capacitação, estruturação dos estabelecimentos rurais e divulgação dos potenciais naturais e produtivos para turismo rural)	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, INCRA/MDA, Embrapa, Órgãos públicos de ATER, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, Movimentos sindicais e sociais do campo, ONG's, SEBRAE,	15.890.000,00 – Rondônia e Belém não realizaram estimativas	Mato Grosso, Amazonas, Belém, Roraima e Rondônia
Acesso ao Programa de Combate à Pobreza que apoia famílias com investimentos para a aquisição de pequenos maquinários	Federação, Sindicatos, Associações, governo Federal		Amazonas
Implementar programa de recuperação e manejo dos solos	INCRA/MDA, EMBRAPA, Governos Estaduais, Prefeituras, ATER, Bancos operadores, Movimentos sindicais e sociais do campo		Maranhão
Consolidar parcerias para instalação e manutenção de laboratório de análise de solos com atendimento da agricultura familiar	INCRA/MDA, MEC, EMBRAPA, Universidades, Institutos de pesquisas, Escolas Agrotécnicas, Governos Estaduais, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo	3.500.000,00	Santarém e Amazonas
Incentivo a adoção de tecnologia mecanizada e motorizada na intensificação da produção agrícola	INCRA/MDA, EMBRAPA, CEPLAC, Governos Estaduais, Prefeituras, ATER, Bancos operadores, Movimentos sindicais e sociais do campo	24.510.000,00 – Amazonas não realizou estimativa	Roraima, Amazonas, Santarém e Acre

Beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção	Incentivar a criação e assegurar a implementação de sistemas de inspeção sanitária nos municípios e estados	Órgãos públicos de ATER, Defesa Agropecuária, Meio Ambiente e fomento da Amazônia, MAPA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Poder legislativo estaduais e municipais	Não se aplica	Maranhão, Santarém, Belém, Tocantins e Marabá
	Mapear, localizar e analisar as condições de funcionamento das agroindústrias	INCRA/MDA, ATER, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo, Governos Estaduais, Prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável	27.000,00	Tocantins
	Incentivo a reestruturação e implementação de agroindústrias familiares nos assentamentos	MDA/INCRA, Governos Estaduais, Universidades, Prefeituras, Parlamentares, Bancos operadores, ATER, Iniciativa privada, Embrapa, Sistema S, ONG's, Conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, Movimentos sindicais e sociais do campo	823.950.000,00 – Belém não realizou estimativa	Mato Grosso, Tocantins, Marabá, Acre, Belém, Rondônia, Maranhão, Santarém e Roraima
	Simplificação tributária e sanitária para o funcionamento das agroindústrias familiares nos assentamentos	INCRA/MDA, MAPA, Governos estaduais, Prefeituras, ATER, Sistema S, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas,	Não se aplica	Maranhão
	Instalar e/ou estruturar agroindústrias de leite	INCRA/MDA, ATER, Sistema S, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas, Bancos operadores	20.200.000,00	Marabá
	Ampliação dos programas TERRA SOL MULHER e TERRA FORTE para apoiar a industrialização	INCRA/MDA, ATER, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas	12.000.000,00	Santarém

Desburocratização e capacitação dos atores sociais sobre o acesso ao PAA e PNAE para ampliação dos programas	FNDE, Comitê Gestor do PAA, Conselhos da Alimentação escolar, Secretarias Estaduais e municipais de Educação, Movimentos Sindicais e sociais do campo	123.520.000,00 – Tocantins e Belém não realizaram estimativas	Santarém, Maranhão, Belém, Rondônia, Tocantins, Acre, Mato Grosso e Amazonas
Reavaliação e atualização dos preços do PAA e dos procedimentos de elaboração dos cardápios adequando à realidade local	Comitê Gestor do PAA, Conselhos da Alimentação escolar, Secretarias Estaduais e municipais de Educação, Movimentos Sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Mato Grosso, Acre, Belém
Fiscalização efetiva da compra de produtos para o PAA e PNAE verificando o cumprimento da lei de priorização dos produtos da agricultura familiar	Comitê Gestor do PAA, ATER, Conselhos da Alimentação escolar, MPF e MPE, Movimentos Sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Acre e Rondônia
Expandir programas estaduais de aquisição de alimentos para a merenda escolar na Amazônia	Secretarias Estaduais de Planejamento e finanças, Secretarias Estaduais de Agricultura, Secretarias Estaduais de Educação	Não se aplica	Amazonas
Divulgar o programa de combate a pobreza executada em cooperação técnica entre CONAB com BNDES (até 50 mil) para pequenos projetos.	CONAB/MAPA, BNDES, INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas		Amazonas
Realização anual de Feiras da Agricultura Familiar e artesanato	INCRA/MDA, ATER, Secretarias municipais e estaduais de agricultura, cultura e turismo, Sistema S, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas	11.500.000,00 – Belém não realizou estimativa	Amazonas, Belém e Mato Grosso
Fomento para criação, estruturação e organização de feiras para agricultura familiar	INCRA/MDA, ATER, Secretarias municipais de agricultura, Sistema S, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas	27.250.000,00 – Amazonas não realizou estimativa	Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Acre, Tocantins,

				Maranhão e Santarém
	Desburocratização da emissão do selo de identificação de produtos da agricultura familiar	SAF/MDA, INCRA, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo e cooperativas	Não se aplica	Mato Grosso, Rondônia
	Criar marca/selo para produção de assentamentos	INCRA, SAF/MDA, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo	1.000.000,00	Amazonas
	Implantação de sistema de transporte de escoamento de produção	INCRA/MDA, Governos Estaduais, Prefeituras, Iniciativa Privada, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas	37.511.040,00 – Santarém, Maranhão, Belém, Amapá, Acre, Rondônia e Mato Grosso não realizaram estimativas	Santarém, Maranhão, Amazonas, Belém, Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso

PROGRAMA 3.2: Gestão das atividades produtivas				
OBJETIVO: Promover iniciativas para a gestão e o fortalecimento das organizações produtivas.				
SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Fortalecimento das organizações produtivas	Capacitação em administração da propriedade familiar	INCRA/MDA, ATER, Sistema S, Universidades, Escolas Agrotécnicas, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas, ONG's,	3.700.000,00	Amapá, Mato Grosso
	Descentralização da emissão da carteirinha do agricultor e agricultura familiar para as organizações sociais	Secretarias estaduais da fazenda, Secretarias estaduais de agricultura, Conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável, Movimentos sindicais e	Não se aplica	Amazonas

		sociais do campo		
	Capacitação das organizações sociais para elaboração de projetos de captação de recursos	ATER, ONG's, Sistema S, Movimentos sindicais e sociais do campo	550.000,00	Roraima
	Capacitação sobre associativismo, cooperativismo e outras formas de cooperação e linhas de crédito	INCRA/MDA, ATER, Sistema S, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), UNICAF, Universidades, Secretarias estaduais e municipais de agricultura, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativismo	34.548.000,00 – Belém não realizou estimativa	Marabá, Amapá, Amazonas, Maranhão, Belém, Santarém, Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso, Tocantins
	Promover intercâmbio sobre o cooperativismo urbano e rural dentro da visão da economia solidária	INCRA/MDA, ATER, ONG'S, prefeituras, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo, Cooperativas	1.140.000,00	Rondônia
	Criação e reestruturação de cooperativas e centrais de cooperativas de produção e comercialização	INCRA, ATER, SESCOOP, Universidades, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAF), Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas	1.000.000,000 – Tocantins não realizou estimativa	Tocantins e Roraima
	Assessoria para regularização jurídica e fiscal das organizações produtivas	INCRA/MDA, ATER, Assessoria Jurídica, Universidades, SESCOOP, Universidades, UNICAF, Movimentos sindicais e sociais do campo, cooperativas	330.000,00 – Marabá não realizou estimativa	Marabá e Mato Grosso

EIXO 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

PROBLEMATIZAÇÃO: De modo geral, a população residente nos assentamentos rurais convivem com a ausência de infraestrutura e de serviços sociais básicos, condições essenciais no direito a cidadania. O eixo Infraestrutura e Serviços Sociais Básicos propõe desenvolver ações que favoreçam o acesso da população rural aos direitos sociais básicos e a ampliação da infraestrutura, tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

PROGRAMA 4.1: Infraestrutura rural

OBJETIVO: Garantir a implantação da infraestrutura social e produtiva como fundamento para que outros programas e ações possam assegurar o desenvolvimento do assentamento.

SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Suporte a Elaboração de Projetos de Infraestrutura	Capacitar as associações para elaboração de projetos de infraestrutura e lançamento do SICONV.	MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, Sistema S, ATER	1.100.000,00 Belém não realizou estimativa	Roraima, Belém
Habitação	Universalizar a construção reforma e ampliação de habitação pelo PNHR.	Bancos operadores, Ministério das Cidades, ATER, INCRA/MDA, Associações, Cooperativas, Movimentos sindicais e sociais do campo	5.785.616.491,00 – Amazonas não realizou estimativa	Roraima, Amazonas, Santarém, Acre, Maranhão, Amapá, Mato Grosso, Marabá, Tocantins
	Criar uma área especializada para desburocratizar e operacionalizar o PNHR nos bancos.	Bancos operadores, INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	600.000,00 – Maranhão não realizou estimativa	Amazonas, Maranhão,
	Mudar os critérios e normas do PNHR, ampliando o tamanho das casas do PNHR para 50 m ² , o valor da Renda Bruta Anual e liberação direta aos beneficiários nos mesmos moldes do financiamento do PRONAF.	Movimentos sindicais e sociais do campo, Bancos operadores, INCRA/MDA, Associações, Ministério da fazenda, parlamentares	Não se aplica	Mato Grosso, Santarém

	Capacitar as organizações sociais e sindicais para qualificar o levantamento das demandas e operacionalização do PNHR.	Movimentos sindicais e sociais do campo, Bancos operadores, INCRA/MDA	1.670.000,00 Belém não realizou estimativa	Amazonas, Roraima, Tocantins e Belém
Estradas, ramais e vicinais.	Incluir as empresas privadas nas chamadas públicas para abertura, reforma e manutenção das estradas, ramais e vicinais.	INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Santarém e Marabá
	Fortalecer as secretarias municipais de obra e infraestrutura para concorrer as chamadas públicas para abertura, reforma e manutenção das estradas, ramais e vicinais.	Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Santarém
	Ampliar a distribuição de patrulhas mecanizadas pelos governos federais e estaduais dando exclusividade para abertura, recuperação e manutenção de estradas nos assentamentos.	INCRA/MDA, Parlamentares, Prefeituras, Batalhão engenharia e construção	238.362.000,00 Belém não realizou estimativa	Mato Grosso e Belém
	Aprimorar os mecanismos de controle de erosão nas estradas, ramais e vicinais dos assentamentos.	INCRA/MDA, Prefeituras, Empresas privadas, Governos Estaduais		Mato Grosso
	Abrir novas estradas, ramais e vicinais nos assentamentos, incluindo a construção de pontes, galerias e bueiros.	INCRA/MDA, Prefeituras, Empresas privadas, Governos Estaduais	1.376.479.200,00 - Rondônia e Belém não realizaram estimativas	Maranhão, Rondônia, Amapá, Amazonas, Santarém, Acre, Marabá, Roraima, Tocantins e Belém
	Garantir a manutenção e recuperação permanente de	INCRA/MDA, Prefeituras, Empresas privadas, Governos	2.105.442.000,00 – Rondônia e Belém	Maranhão, Rondônia, Amapá,

	estradas ramais e vicinais nos assentamentos.	Estaduais	não realizaram estimativas	Amazonas, Santarém, Acre, Marabá, Roraima, Tocantins e Belém
Transporte Coletivo	Implantar transporte coletivo (terrestre e fluvial), com frequência, regularidade e qualidade nos assentamentos.	Prefeituras, Empresas privadas, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, Agência Nacional de Transporte Terrestre, parlamentares		Amapá, Santarém, Rondônia, Acre
	Evitar o monopólio das prestadoras de serviços de transporte coletivo nos assentamentos	Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, Agência Nacional de Transporte Terrestre, Empresas privadas, Prefeituras e parlamentares	Não se aplica	Rondônia
Energia	Universalizar o Programa Luz para Todos.	INCRA/MDA, Ministério de Minas e Energia, Companhia Estaduais de energia, Prefeituras, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Comitês Gestores do Programa	3.615.820.000,00 – Mato Grosso e Belém não realizaram estimativas	Amapá, Marabá, Roraima, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Santarém, Acre, Rondônia e Belém
	Assegurar a manutenção das instalações de distribuição do Programa Luz para Todos.	INCRA/MDA, Ministério de Minas e Energia, Companhia Estaduais de energia, Prefeituras, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Comitês Gestores do Programa		Amazonas, Roraima, Marabá
	Ampliar a capacidade energética do Programa Luz para Todos.	Ministério de Minas e Energia, Companhia Estaduais de energia, Comitês Gestores do Programa, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo		Acre
	Capacitar os assentados para o uso de energia alternativa (solar,	ATER, Sistema S, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e	3.710.000,00	Mato Grosso

	eólica, biomassa e biodigestores).	sociais do campo, Associações		
	Implantar sistemas alternativos de geração de energia.	ATER, Empresas privadas, Sistema S, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	912.978.387,50 – Roraima não realizou estimativa	Rondônia, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Roraima
Saneamento básico	Construir, reformar e manter sistemas coletivos e individuais de captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água potável (poços artesianos e semi-artesianos, poços amazonas/boca larga, captação de água de chuva e cisternas). Priorizando a implementação do programa Água para Todos.	INCRA/MDA, Ministério de Integração, FUNASA, MDS, Prefeituras, Associações, Movimentos sindicais e sociais do campo, Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, Companhia de saneamento estaduais, Caixa econômica federal, ONG's	1.405.663.000,00 Belém não realizou estimativa	Amapá, Marabá, Roraima, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Santarém, Acre, Rondônia e Belém
	Implementar um programa para a construção de fossas sépticas, vinculado a construção, reforma e ampliação das habitações do PNHR	INCRA/MDA, MDS, FUNASA, Prefeituras, Associações, Movimentos sindicais e sociais do campo		Marabá, Roraima, Rondônia
	Capacitar os assentados em tratamento e reaproveitamento da água de uso doméstico e captação e tratamento de água da chuva.	ATER, Sistema S, Universidades, ONG's, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	5.340.000,00	Mato Grosso
PROGRAMA 4.2: Serviços e Direitos Sociais Básicos				
OBJETIVO: Garantir o acesso as políticas públicas que asseguram os direitos constitucionais básicos de cidadania.				
SUBPROGRAMAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS E POSSÍVEIS COLABORADORES	ESTIMATIVA DE RECURSOS (R\$)	SR
Comunicação e Informação	Implantar e manter centros de inclusão digital com internet e telefonia integrada nos assentamentos.	Prefeituras, Ministério da Comunicação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Universidades, Governo do Estado, Movimentos sindicais e	75.020.000,00 Belém não realizou estimativa	Maranhão, Rondônia, Tocantins, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Santarém, Marabá e

		sociais do campo, Associações,		Belém
	Resolver a questão legal para permissão e implantar rádios comunitárias nos assentamentos com foco em programas de informação dos direitos da cidadania.	Ministério da Comunicação, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações, igrejas e ONG'S	5.700.000,00 – Marabá e Amazonas não realizaram estimativas	Rondônia, Marabá, Amazonas
Educação	Assegurar transporte escolar (terrestre e fluvial) de qualidade e fácil acesso.	FUNDEB/MEC, Prefeituras, Governos estaduais, Conselhos estaduais e municipais de educação, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	11.764.336,00 - Rondônia, Roraima, Marabá, Acre, Maranhão, Santarém e Amapá não realizaram estimativas	Rondônia, Roraima, Marabá, Acre, Maranhão, Santarém, Mato Grosso, Amapá e Amazonas
	Implantar e manter de creches nos assentamentos	INCRA/MDA, MEC, Prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de educação, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	182.550.000,00 – Santarém e Maranhão não realizaram estimativas	Amapá, Santarém, Marabá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins
	Implantar e manter escolas de ensino fundamental e médio em todos os assentamentos.	INCRA/MDA, MEC, Governos Estaduais, Prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de educação, Movimentos sindicais e sociais do campo	20.500.000,00 - Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Santarém e Mato Grosso não realizaram estimativas	Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Amapá, Tocantins, Santarém, Acre e Maranhão
	Ampliar o sistema de educação em tempo integral no campo	INCRA/MDA, Prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de educação,		Marabá
	Intensificar escolas de ensino fundamental e médio com sistema	Associações das Escolas de pedagogia da alternância,	49.300.000,00 – Marabá, Belém e	Marabá, Roraima, Amazonas,

	de pedagogia da alternância nos assentamentos destacando o ensino de agroecologia	PRONERA/INCRA/MDA, MEC, Universidades, Governos estaduais, Conselhos estaduais e municipais de educação, Movimentos sindicais e sociais do campo, parlamentares, Prefeituras	Maranhão não realizaram estimativas	Maranhão, Tocantins, Santarém, Rondônia e Belém
	Inclusão do atendimento para portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino fundamental e médio nos assentamentos.	INCRA/MDA, Prefeituras, Conselhos municipais de educação		Santarém e Acre
	Valorização das artes (teatro, pintura, músicas e outras) nos currículos das escolas de nível fundamental e médio dos assentamentos.	MEC, Governos estaduais, Conselhos estaduais e municipais de educação e Prefeituras		Acre
	Universalizar o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) nos assentamentos.	MEC, Governos estaduais, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo, parlamentares,		Roraima, Belém e Amazonas
	Ampliar o PRONATEC Campo nas escolas dos assentamentos.	MEC, INCRA/MDA, Governos Estaduais, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações,		Amazonas e Belém
Educação	Fortalecer a implantação das escolas técnicas profissionalizantes e de nível superior nos assentamentos, destacando o ensino da agroecologia.	PRONERA/INCRA/MDA, MEC, Governos Estaduais, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo, Universidades,	56.300.000,00 – Mato Grosso não realizou estimativa	Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso
	Realizar campanhas de divulgação sobre oportunidades de cursos profissionalizantes, de nível superior e editais de programas de Educação (PRONERA, EDUCAR,	PRONERA/INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Governos estaduais, Prefeituras e Universidades	7.020.000,00	Amapá e Roraima

	PROCAMPO e outros) nos assentamentos.			
	Fortalecimento das ações do PRONERA com maior agilidade do INCRA nos repasses de recursos	PRONERA/INCRA/MDA, MEC, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo	1.560.000,00 – Tocantins, Belém e Roraima não realizaram estimativas	Tocantins, Roraima, Belém e Amazonas
	Contratar profissionais da educação, valorizando nos editais sua origem na agricultura familiar ou formação especializada para este segmento social.	Prefeituras, Governos estaduais, MEC, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo		Roraima, Belém, Mato Grosso e Amapá
	Assegurar na grade curricular do ensino fundamental e médio dos assentamentos, disciplinas de educação ambiental, tecnologias sociais e valores culturais, adequado a realidade rural.	Prefeituras, Governos estaduais, MEC, Conselhos estaduais e municipais de educação, Universidades, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações		Amazonas, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso
Educação	Prestação de serviço socioambiental como estágio curricular obrigatório para conclusão do ensino médio.	Governos estaduais, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações	486.000,00	Maranhão
	Assegurar a capacitação continuada dos professores do ensino médio e fundamental que atuam nos assentamentos, com concessão de bolsas para especializações, em educação do campo.	Governos estaduais, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo, MEC, Conselhos estaduais e municipais de educação,	3.040.000,00	Tocantins, Santarém, Mato Grosso, Amapá e Amazonas
	Universalizar o acesso a alimentação escolar de qualidade, priorizando o PNAE.	FNDE/MEC, Conselhos da Alimentação Escolar, Governos estaduais, Prefeituras e		Roraima e Maranhão

		Movimentos sindicais e sociais do campo		
	Assegurar cotas e bolsas de estudos para filhos de assentados em cursos técnicos, profissionalizantes e universidades.	PRONERA/INCRA/MDA, MEC, MCTI, Universidades, Governos estaduais, prefeituras, empresas privadas, Movimentos sindicais e sociais do campo	2.688.000,00 – Mato Grosso e Amazonas não realizaram estimativas	Mato Grosso, Santarém, Acre, Amazonas
	Criação de um programa de formação de assentados para serem educadores/professores adequando à legislação trabalhista para que esse não percam seus direitos como cliente de reforma agrária.	Parlamentares, prefeituras, governos estaduais, INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações		Acre
Educação	Revisão e atualização dos salários de professores de ensino fundamental e médio para professores de escolas rurais.	Prefeituras, Governos Estaduais e sindicatos dos professores		Mato Grosso
Saúde	Universalizar o Programa Saúde da família nos assentamentos	Ministério da Saúde, Governos estaduais e prefeituras	4.900.000,00	Maranhão
	Implementar nos assentamentos a política de saúde das populações do campo, das águas e das florestas como suporte as demais políticas específicas de saúde	Ministério da Saúde, INCRA/MDA, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações		Maranhão
	Construir, reformar, ampliar e manter Unidades Básicas de Saúde (UBSs) nos assentamentos, assegurando presença de equipe de profissionais da saúde, equipamentos e medicamentos.	Ministério da Saúde, Governos estaduais, prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de saúde, Movimentos sindicais e sociais do campo	309.088.000,00 Belém não realizou estimativa	Amapá, Amazonas, Marabá, Tocantins, Mato Grosso, Belém, Maranhão e Santarém

Incluir nas UBSs atendimento especializado para idosos, parturientes e pessoas portadoras de necessidades especiais.	Ministério da Saúde, Governos estaduais, prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo	42.138.000,00 - Amapá não realizou estimativa	Santarém, Acre e Amapá
Garantir ambulâncias e “ambulanchas” nas UBSs.	Ministério da Saúde, Governos estaduais e prefeituras	25.200.000,00 Belém não realizou estimativa	Marabá, Amapá, Belém e Amazonas
Assegurar o funcionamento do “Programa Saúde da Mulher”.	Governos estaduais e Movimentos sindicais e sociais do campo		Roraima
Assegurar o atendimento dos agentes de saúde, agentes de endemias nos Assentamentos.	Ministério da Saúde, prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo	Não se aplica	Amapá, Marabá e Roraima
Qualificar os filhos dos trabalhadores rurais como Agentes de Saúde nos assentamentos.	Governos estaduais, prefeituras, parlamentares e Movimentos sindicais e sociais do campo		Roraima
Realizar concursos e qualificar profissionais para atendimento de saúde nos assentamentos	Ministério da Saúde, Governos estaduais, prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo		Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Roraima
Ampliar o programa Mais Médicos para atender os assentamentos de reforma agrária.	Ministério da Saúde, Governos estaduais e prefeituras		Marabá
Reduzir a relação número de famílias atendidas/agente de saúde nos assentamentos	Prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo		Mato Grosso
Capacitação sobre os efeitos negativos de uso de álcool, drogas na área rural e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), na área rural.	Governos estaduais, prefeituras, ATER, Universidades, ONG's, Alcoólicos Anônimos, Movimentos sindicais e sociais do campo e Associações	2.525.000,00 - Acre não realizou estimativa	Amapá, Mato Grosso e Acre
Capacitação higiene e saúde	Governos estaduais, prefeituras e	1.030.000,00	Amapá

	preventiva	Movimentos sindicais e sociais do campo		
	Fazer mutirões trimestrais de saúde com atendimentos de médicos especializados.	Ministério da saúde, Governos estaduais, Prefeituras, Movimentos sindicais e sociais do campo e associações	40.100.000,00	Santarém, Acre, Roraima e Rondônia
	Criar programas de hortas comunitárias e plantas medicinais.	Governos estaduais, Conselhos estaduais e municipais de saúde, Prefeituras, ATER, Unidades Básicas de Saúde, Associações, Estudantes e estagiários, Universidades e Movimentos sindicais e sociais do campo	1.029.000,00	Maranhão
	Capacitação sobre implantação de hortas e manipulação de plantas medicinais em Assentamentos.	Governos estaduais, Conselhos estaduais e municipais de saúde, Prefeituras, ATER, Unidades Básicas de Saúde, Associações, Estudantes e estagiários, Universidades e Movimentos sindicais e sociais do campo	290.000,00	Rondônia
Cultura, lazer e esporte	Realizar campeonato esportivos nos assentamentos.	Ministério do esporte, Governos estaduais, Prefeituras, parlamentares, empresas privadas e associações	6.810.000,00	Santarém e Marabá
	Implantar "Pontos de Cultura" nos assentamentos, nos assentamentos como forma de resgate e valorização das artes, festas culturais e religiosas.	Ministério da cultura, governos estaduais, prefeituras, parlamentares, empresas privadas e associações	1.420.000,00	Maranhão
	Implantação de "pilotos" de Companhias de cinema popular/Cinema da terra.	Ministério da cultura, governos estaduais, prefeituras, parlamentares, empresas privadas e associações		Maranhão

	Criar grupos de “Contadores de história”, onde a terceira idade possa expor suas histórias de vida à população como uma forma de resgatar o passado e a cultura para a construção do futuro.	INCRA/MDA, governos estaduais, prefeituras, Universidades, escolas empresas privadas, Movimentos sindicais e sociais do campo e associações	1.280.000,00	Tocantins
	Realizar intercâmbios culturais entre os assentamentos.	INCRA/MDA, Universidades, escolas empresas privadas, governos estaduais, Movimentos sindicais e sociais do campo e associações	4.400.000,00	Tocantins
	Criar calendários culturais e apoiar as festividades religiosas e Tradições culturais.	Ministério da cultura, governos estaduais, prefeituras, parlamentares, empresas privadas, Movimentos sindicais e sociais do campo e Associações	5.260.000,00 - Amapá não realizou estimativa	Amapá, Santarém, Acre, Marabá e Amazonas
	Implantar complexos poliesportivos, culturais e de leitura.	Ministério dos esportes, MEC, INCRA/MDA, IPHAN, Governos estaduais, prefeituras, Conselhos estaduais e municipais de educação, empresas privadas, Movimentos sindicais e sociais do campo e Associações	195.100.000,00 Belém não realizou estimativa	Santarém, Acre, Marabá, Roraima, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Amapá e Belém
	Implantar espaços de convivências para os idosos dos assentamentos.	Governos estaduais, Prefeituras, Parlamentares, Movimentos sindicais e sociais do campo, Associações e empresas privadas	2.520.000,00	Rondônia, Santarém, Acre, Amazonas, Mato Grosso
Segurança Pública	Realizar ações educacionais sobre segurança pública.	Governos estaduais, poder judiciário e Movimentos sindicais e sociais do campo	1.968.000,00 – Marabá e Santarém não realizaram estimativas	Santarém, Mato Grosso, Maranhão e Marabá

	Segurança pública com rondas periódicas nos assentamentos.	Governos estaduais, ATER, Movimentos sindicais e sociais do campo		Amapá, Belém e Marabá
	Criar postos policiais e garantir efetivo em polos de assentamentos mais populosos.	Governos estaduais e Movimentos sindicais e sociais do campo		Acre e Mato Grosso
	Criar e manter um programa de prevenção contra violência à mulher do campo (Programa Mulher Cidadã).	Governos Estaduais, Prefeituras e Movimentos sindicais e sociais do campo	93.000,00 - Amapá não realizou estimativa	Mato Grosso e Amapá